



PORTUGAL APROXIMA-SE DE NOVA CAMPANHA HISTÓRICA DE AZEITE

DESTAQUE

A Ausência de Representação dos Territórios
Rurais na Assembleia da República

EM FOCO

Exportações de Vinho em 2024
Resistem ao Momento Difícil do Sector

DESTAQUE

Seminário CONFAGRI: Licenciamento e
Incentivos na Atividade Pecuária

ATUALIDADE

Reduzir a Capacidade de Investimento
Público do Sector Florestal é
Hipotecar o seu Futuro

DESCARREGUE A VERSÃO
PARCIAL DA REVISTA





IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

PEDIDO ÚNICO'25

ATÉ 31 DE MAIO

- Candidate-se diretamente na Área Reservada do Portal do IFAP ou através das Entidades reconhecidas, numa das Salas de Atendimento existentes para o efeito
- Formalize a sua candidatura em tempo e evite penalizações por entrega tardia

Cultivamos o desenvolvimento,
apoiamos o futuro!

www.ifap.pt

Estamos no Facebook,
Twitter e LinkedIn
+ info:
ifap@ifap.pt
212 427 708
Rua Fernando Curado
Ribeiro n° 4G, Lisboa

MAIS AGRICULTURA, MAIS FUTURO



Idalino Leão

Presidente do Conselho de Administração da CONFAGRI

O sector agroalimentar ressent-se cada vez mais das repercussões da instabilidade global que todos vivenciamos, exacerbada por fatores identificados a diferentes níveis e por diversos intervenientes. Os desafios à produção agrícola e à segurança alimentar são diários e sem precedentes. Urge a priorização da agricultura e da alimentação nas políticas públicas, defendendo este sector como estratégico e indispensável, enquanto garantia da soberania nacional.

Os atuais contextos de tensões geopolíticas, desequilíbrios climáticos e imprevistos cada vez mais incisivos devem conduzir a uma reflexão profunda sobre a nossa dependência de terceiros, que acarreta riscos significativos. O acesso a fatores de produção essenciais está cada vez mais condicionado por forças externas. O objetivo, perante o cenário atual, deverá passar por impulsionar a autonomia do país, sobretudo no que, orgulhosamente, temos de melhor: alimentos seguros e saudáveis para todos.

É fundamental modernizar as práticas agrícolas, integrando-as num modelo de desenvolvimento económico e ambientalmente equilibrado, o que, naturalmente, conduzirá a um consumo responsável e aos desejáveis benefícios socioeconómicos para a produção local, valorizando as comunidades rurais e promovendo o equilíbrio territorial.

O reforço do cooperativismo é a chave para fortalecer a agricultura nacional e assegurar o futuro dos territórios rurais. São necessárias medidas específicas e sustentáveis para este sector, que promovam a sua capacitação institucional e tecnológica, acompanhando a evolução dos tempos.

Torna-se imperativo investir em mais formação para todos os agentes da fileira. Ainda, garantir formação contínua para enfrentar as exigências crescentes e voláteis do mercado global. Importa insistir na equidade e promover o equilíbrio na fileira, garantindo-se condições justas para todos os intervenientes. Este equilíbrio é crucial para evitar assimetrias

que comprometem o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola.

Já é tardio o reconhecimento da profissão do Agricultor e da atividade agrícola como sendo do interesse público e como prioritário, algo que, embora já valorizado em tempos de crise, deve ser assumido como base inquestionável. A agricultura não é apenas uma atividade económica; é um pilar essencial para a segurança alimentar, a coesão territorial e a preservação do património cultural e ambiental. Valorizar os agricultores e as suas comunidades é valorizar o futuro, que se pretende mais sustentável.

A mensagem deve ser clara e inequívoca: a segurança alimentar é uma estratégia de defesa nacional. Portugal precisa de assumir este compromisso para o futuro, investindo na sustentabilidade e na competitividade do sector agrícola. A CONFAGRI continuará a ser uma voz ativa na defesa destes princípios, trabalhando em parceria com todos os intervenientes deste ecossistema tão nosso e tão vital para todos. ●

ÍNDICE

ESPAÇO RURAL N.º 165

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas
Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

MARÇO/ABRIL

2025

FICHA TÉCNICA

03 EDITORIAL

IDALINO LEÃO
PRESIDENTE DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
DA CONFAGRI



05 TEMA DE CAPA
PORTUGAL APROXIMA-SE DE NOVA
CAMPANHA HISTÓRICA DE AZEITE

08 DESTAQUE

SEMINÁRIO CONFAGRI: LICENCIAMENTO
E INCENTIVOS NA ATIVIDADE PECUÁRIA
EM DEBATE NA FEIRA AGRO

12 ENTREVISTA
COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS
OLIVICULTORES DE SOUSEL
- TAPADA DO VENCEREI

16 EM FOCO
EXPORTAÇÕES DE VINHO EM 2024
RESISTEM AO MOMENTO DIFÍCIL
DO SECTOR

**20 ANO INTERNACIONAL
DAS COOPERATIVAS**
CONFAGRI ACOLHE CONFERÊNCIA
SOBRE O SECTOR COOPERATIVO
E APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA
DE APOIO ÀS COOPERATIVAS 2025

22 ATUALIDADE
GPP DEBATE PAPEL DAS COOPERATIVAS
NO SECTOR AGROALIMENTAR

24 EM FOCO
PRIMEIRO ENCONTRO DE TÉCNICOS
DA LACTICOOP DESTACA DESAFIOS E
OPORTUNIDADES PARA O SECTOR LEITEIRO

26 DESTAQUE
A AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO
DOS TERRITÓRIOS RURAIS NA
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

30 ENTREVISTA
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO
DO ALENTEJO SUL

34 EM FOCO

**REDUZIR A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO
PÚBLICO DO SECTOR FLORESTAL
É HIPOTECAR O SEU FUTURO**

36 DIVULGAÇÃO

**SYNGENTA USA IA PARA APOIAR
AGRICULTORES NA REGENERAÇÃO
DO SOLO E DA NATUREZA**

37 PROJETOS CONFAGRI

**O PAPEL DAS COOPERATIVAS
AGROALIMENTARES NA DEMOCRATIZAÇÃO
DA DIGITALIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES:
OS PRINCIPAIS DESAFIOS**

38 DIVULGAÇÃO

**OVIBEJA COMEMORA 41 ANOS EM
SINTONIA COM O CAMPO E A CIDADE**

39 DIVULGAÇÃO

**SEGURO CA CAÇADORES:
A PROTEÇÃO ESSENCIAL PARA OS CAÇADORES**

40 DIVULGAÇÃO

**5 MITOS E FACTOS SOBRE CARNE VERMELHA:
NUTRIÇÃO E SUSTENTABILIDADE**

42 DIVULGAÇÃO

**MAIS INVESTIMENTO, MAIOR PREPARAÇÃO,
MELHOR RESPOSTA
VALORFITO REFORÇA O COMPROMISSO
COM O SECTOR NA GESTÃO DE NOVOS
RESÍDUOS**



Como funciona o código QR?

1

Descarregue uma aplicação gratuita do leitor
de QR code a partir do seu dispositivo móvel.

2

Faça scan do código QR, centrando-o
no ecrã do dispositivo móvel.

3

Veja a versão parcial da Revista Espaço Rural
ou dos artigos selecionados.

PROPRIEDADE, EDITOR E REDAÇÃO



CONFAGRI

CONTACTOS

Palácio Benagazil
Rua Projectada à Rua C
Aeroporto de Lisboa (Humberto Delgado)
1700-008 LISBOA
Telefone: 218 118 000
Fax: 218 118 008
E-mail: espaco.rural@confagri.pt
Site: www.confagri.pt
NIPC: 501 652 299

DIRETOR

Eng.º Nuno Serra

DIRETORA EXECUTIVA

Eng.ª Aldina Fernandes

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO

Dr. Paulo Marques

Consulte o estatuto editorial em <https://www.confagri.pt/content/uploads/2024/12/Estatuto-Editorial.pdf>

DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA

CEMPALAVRAS

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL®

CONTACTO

Avenida Almirante Reis, 114 - 2.º C
1150-023 LISBOA
Telefone: 218 141 574
www.cempalavras.pt

PUBLICIDADE

Telefone: 218 141 574
E-mail: luis.morais@cepalavras.pt
Telefone: 218 118 000
E-mail: espaco.rural@confagri.pt

FOTOGRAFIA

CONFAGRI e iStock

TIRAGEM

7500 exemplares

PERIODICIDADE

Bimestral

IMPRESSÃO

Jorge Fernandes, Lda.

Rua Quinta do Conde de Mascarenhas, 9
2820-652 Charneca da Caparica

DEPÓSITO LEGAL

242723/06

REGISTO

ERS 115370

PREÇO

2,75 Euros

TODAS AS OPINIÕES EXPRESSAS NESTA EDIÇÃO SÃO DA
RESPONSABILIDADE DOS RESPECTIVOS SUBSCRITORES

PORTUGAL APROXIMA-SE DE NOVA CAMPANHA HISTÓRICA DE AZEITE



O sector do azeite em Portugal desempenha um papel fundamental na economia agrícola nacional, com uma relevância crescente no panorama internacional. Nos últimos 20 anos, a produção de azeite tem registado uma evolução significativa, impulsionada pelo investimento em novas plantações de olival em copa e em sebe situadas na região do perímetro de rega do Alqueva e por investimentos em tecnologia, inovação e sustentabilidade. No entanto, o sector enfrenta desafios complexos, como a volatilidade dos preços, as condições climáticas adversas e a concorrência internacional, sobretudo de Espanha, o maior produtor mundial.

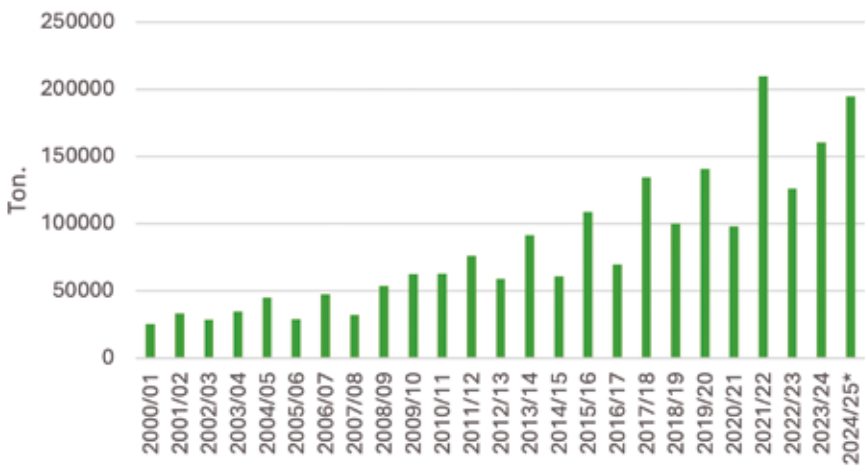
TEXTO

PATRÍCIA FALCÃO DUARTE

i FENAZEITES

De acordo com os dados mais recentes da Comissão Europeia sobre o mercado do azeite e azeitona de mesa, prevê-se que a produção nacional de azeite na campanha 2024/25 atinja as 195.000 toneladas, o que representará um aumento de 21% face à campanha anterior (160.784 toneladas). A confirmar-se este valor a campanha 2024/25 será a segunda maior de sempre em Portugal, apenas atrás da campanha 2021/22, onde se produziram 209.722 toneladas de azeite (ver gráfico 1).

GRÁFICO 1 Evolução da Produção de Azeite em Portugal



FONTE: INE (adaptado)
*- valor estimado

A evolução da produção de azeite nacional é dominada pelo Alentejo, cuja produção era 66% do total nacional em 2014 e já representava 83,5% em 2023. A campanha olivícola em Portugal tem demonstrado um crescimento sustentado, consolidando-se como um dos principais produtores mundiais (ver tabela 1).

Face à quebra abrupta dos preços do azeite e ao aumento dos custos de produção, muitos olivicultores estão a ponderar abandonar a apicultura da azeitona. O olival tradicional enfrenta sérias dificuldades e a sua continuidade está hoje ameaçada.

TABELA 1 Maiores Produtores de Azeite a nível mundial

	2024/25	
	PAÍS	PRODUÇÃO ESTIMADA (t)
1	Espanha	1.289.000
2	Turquia	450.000
3	Tunísia	340.000
4	Grécia	250.000
5	Itália	224.000
6	Portugal	195.000
7	Síria	105.000
8	Marrocos	90.000
9	Algeria	85.000
10	Egipto	40.000
TOTAL de Produção Mundial		3.193.000

FONTE: COI (adaptado)

TABELA 2 Variação do saldo comercial do azeite português de 2023 para 2024

VALOR (1000€)	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO		
PRODUTOS	2023	2024	VARIAÇÃO	2023	2024	VARIAÇÃO
Azeite Virgem Extra	354.960	444.990	25%	854.954	1.270.015	49%
Azeite Virgem	40.712	50.576	24%	33.640	59.207	76%
Azeite Virgem Lampante	16.489	9.061	-45%	48.142	65.812	37%
Azeite não virgem	102.467	106.719	4%	150.047	196.842	31%
Total de Azeite	514.629	611.345	19%	1.086.783	1.591.876	46%

FONTE: SIMA

	2023	2024	VARIAÇÃO	
	1 000 €		1 000 €	(%)
Saldo comercial (Exportações-Importações)	572.154	980.531	408.377	71%

FONTE: SIMA

Espanha continua a liderar a produção mundial de azeite, influenciando de forma decisiva os preços e o mercado português. As campanhas de 2022/23 e 2023/24 no país vizinho foram profundamente afetadas por longos períodos de seca e altas temperaturas, que comprometeram o desenvolvimento das azeitonas, levando a uma quebra acentuada na produção.

Essa quebra de produção e consequente redução acentuada de stocks, somada ao aumento dos custos de produção após o início da guerra na Ucrânia, provocou um aumento do preço do azeite neste país e em Portugal para valores inéditos, com o azeite virgem extra a ser transacionado na origem a mais de 9 euros por kg.

A campanha de 2024/25 representou a recuperação da produção espanhola, com um aumento esperado de 51% relativamente à campanha anterior. Este facto permitiu a reposição de alguns stocks e conduziu a uma expectável descida dos preços.

O mercado esperava essa descida de preços, mas foi surpreendido com a queda abrupta dos mesmos para valores, na origem, inferiores aos 4 euros por kg, que não refletem o aumento do valor da mão de obra, da energia, dos combustíveis, dos produtos fitofarmacêuticos e demais fatores de produção.

TABELA 3

Varição do saldo comercial do azeite português em volume de 2023 para 2024

PESO (T) PRODUTOS	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO		
	2023	2024	VARIAÇÃO	2023	2024	VARIAÇÃO
Azeite Virgem Extra	63.861	63.836	0%	132.655	178.553	35%
Azeite Virgem	7.612	7.861	3%	5.947	9.412	58%
Azeite Virgem Lampante	3.028	1.707	-44%	101.711	15.077	41%
Azeite não virgem	21.559	19.706	-9%	27.685	31.614	14%
Total de Azeite	96.061	93.110	-3%	176.999	234.655	33%

FONTE: SIMA

	2023	2024	VARIAÇÃO	
	(T)	(T)	(T)	(%)
Saldo comercial (Exportações-Importações)	80.938	141.546	60.607	75%

FONTE: SIMA

As transações de azeite têm decorrido a um ritmo atípico e os grandes embaladores têm comprado menos do que o habitual, na expectativa de o conseguirem fazer, num futuro próximo, a preços ainda mais baixos. A situação é extremamente preocupante, nomeadamente nas áreas de olival tra-

dicional, não mecanizado e de sequeiro. Existem muitos olivicultores a equacionarem se vale a pena continuarem a apanhar a azeitona, caso só a consigam vender abaixo do limiar de rentabilidade. A sobrevivência do olival tradicional em Portugal está, assim, em risco.

Exportações em Alta: Portugal Reforça Posição no Mercado Global

Portugal continua a manter sua vocação exportadora. O SIMA publicou a comparação entre o ano de 2024 e 2023 onde se verifica que o saldo comercial português aumentou 71%, ultrapassando os 1.591 milhões de euros, continuando a apresentar superavit neste sector (cerca de 980 milhões de euros) (ver tabela 2). O saldo comercial em volume aumentou 75% (cerca de 61 mil toneladas) comparando os dois anos (ver tabela 3).

Em 2023, a maior parte das exportações do azeite nacional teve como destino primordial a Espanha (54%), seguindo-se o Brasil e a Itália, que mantiveram o 2º e 3º lugar, respetivamente. O 4º destino foi a França, que ultrapassou os EUA, quando comparando com os valores do ano de 2022.

As novas tarifas alfandegárias impostas pelos EUA aos produtos agrícolas europeus não vão influenciar o sector olivícola nacional devido à acentuada quebra de preço do azeite e à reduzida presença neste mercado. ●

NOVOS TRACTORES COMPACTOS IDEAIS PARA PEQUENAS PROPRIEDADES



LOVOL



**LOVOL
TRACTORES**
Compactos, Fiáveis e
Robustos de 25 a 115 CV



**PREET
AVENGER**
Trator compacto,
Ergonómico e
Elegante de 20 e 26 CV



Edifício Auto Industrial, Estrada da Circunvalação,
2794-065 Carnaxide | +351 210 009 752
divisaoagricola.autoindustrial.pt tractorluso.pt



SEMINÁRIO CONFAGRI: LICENCIAMENTO E INCENTIVOS NA ATIVIDADE PECUÁRIA EM DEBATE NA FEIRA AGRO

A CONFAGRI organizou, no âmbito da 57.^a edição da Feira AGRO — Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, um seminário sob o tema "Licenciamento e Incentivos na Atividade Pecuária". O evento, que decorreu no dia 4 de abril, no auditório do Fórum Braga, contou com o apoio da CAVAGRI, AGROS e Invest Braga, e reuniu cerca de 170 participantes, entre agricultores, dirigentes cooperativos, técnicos do sector e representantes institucionais.

TEXTO

PAULO MARQUES

 CONFAGRI



1. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

A realização deste seminário surgiu da necessidade de debater os atuais desafios legais, ambientais e económicos associados à atividade pecuária, num momento em que o sector enfrenta crescentes exigências e dificuldades no acesso a licenças e apoios ao investimento.

Sessão de Abertura: Um apelo ao diálogo, ao investimento e à valorização da atividade pecuária

A sessão de abertura do seminário contou com intervenções que deixaram clara a importância de criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento da atividade pecuária, através de políticas públicas eficazes, diálogo entre as instituições e uma maior valorização social e económica do sector.

Na abertura do seminário, o Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra, começou por destacar a pertinência do tema em debate, sublinhando que o licenciamento e os incentivos à atividade pecuária são hoje questões centrais num sector pressionado por crescentes exigências legais, ambientais e económicas. "Sabemos que, hoje em dia, e com a volatilidade que temos no mundo, precisamos todos de

ser facilitadores do desenvolvimento económico, em especial desta atividade pecuária, que tanto diz à região Norte e que tantas vezes é incompreendida pela sociedade", referiu.

Nuno Serra salientou o papel da CONFAGRI enquanto entidade representativa do sector cooperativo agrícola, assumindo o dever de estar ao lado dos produtores e das cooperativas, promovendo momentos de esclarecimento, reflexão e diálogo. "Queremos pôr dúvidas, levantar problemas, mas também encontrar soluções em conjunto com a administração e com os decisores políticos", afirmou.

O dirigente alertou para as consequências da excessiva burocracia e dos entraves legais, que comprometem a rentabilidade e levam muitos produtores a abandonar a atividade. "Obstáculos nesta área só levam à perda de rendimento dos agricultores e ao abandono da atividade", advertiu, acrescentando que, perante o atual contexto geopolítico e económico, é urgente reforçar a aposta na produção nacional. "Temos de pensar na segurança alimentar, na soberania alimentar, na coesão territorial e isso só se garante se não deixarmos que os nossos produtores desistam", reforçou. A intervenção terminou com uma nota de

otimismo e mobilização: “A CONFAGRI está a fazer a sua parte. Queremos mais valor acrescentado para os agricultores, mais investimento, mais produtividade e qualidade. Para isso, é essencial termos um Estado que responda com políticas públicas ajustadas às nossas necessidades. Este seminário é, por isso, uma oportunidade para enriquecermos em conhecimento e encontrarmos soluções concretas para os desafios que enfrentamos.”

Também Alfredo Marques, Presidente da CAVAGRI, deixou um apelo direto ao reforço do diálogo entre as entidades públicas e os agentes do sector. Na sua intervenção, reforçou a ideia de serviço à comunidade como princípio orientador da ação institucional: “Esta vida tem que ser uma vida de serviço para o benefício da população”. Rejeitando posturas autorreferenciais, defendeu que “ninguém tem a razão toda”, sendo necessário ouvir o outro com humildade e abertura para a construção de soluções. “Precisamos de diálogo, precisamos sentar à mesa e ver qual é o problema do outro”, reiterou, sublinhando que apenas assim se poderá promover uma melhoria contínua das ins-

tuições e, por consequência, do sector. Por fim, Paulo Ramalho, Vice-Presidente da CCDR-Norte, deixou uma intervenção abrangente, onde destacou a necessidade de reposicionar a agricultura nas prioridades políticas e sociais. Referiu que “produzir bens alimentares não é apenas dar alimentos à população — é garantir que, em momentos de crise, não dependamos de terceiros”. A agricultura, para além da segurança alimentar, representa soberania e coesão territorial, e o sector pecuário, em particular, é “um dos principais responsáveis por manter população nos territórios mais frágeis”. Paulo Ramalho alertou ainda para a escassa renovação geracional no sector, considerando preocupante que apenas 245 jovens tenham iniciado atividade pecuária no Norte entre 2015 e 2023. “Se não conseguirmos atrair mais jovens, muitas das nossas raças autóctones vão desaparecer”, avisou. Abordando ainda o papel das Cooperativas, reconheceu a sua importância como parceiras dos agricultores e apelou a um investimento firme na sua capacitação. No encerramento da sua intervenção, deixou uma mensagem de reconhecimento aos produtores pecuários da região e sublinhou a importância de simplificar os processos de licenciamento: “O licenciamento não pode ser um entrave, tem de ser um acelerador das ambições dos agricultores”.

Painéis de debate: licenciamento, ecorregimes e sustentabilidade

O seminário prosseguiu com dois painéis temáticos que mobilizaram o saber técnico e a experiência do terreno para um debate aprofundado sobre temas cruciais para a atividade pecuária.

O primeiro painel, dedicado ao tema “Licenciamento da Atividade Pecuária”, foi moderado por Domingos Godinho, Responsável do Departamento de Sustentabilidade, Inovação e Qualidade, da CONFAGRI, e contou com as intervenções de Luís Brandão, Unidade de Licenciamentos, Controlo e Estatística, da CCDR-Norte, e de Margarida Furtado, Diretora-Geral, da Cooperativa Agrícola de Barcelos. Os oradores abordaram os entraves legais e burocráticos ao licenciamento e a urgência da sua simplificação para garantir condições para o investimento e o desenvolvimento da atividade.

No segundo painel, com o tema “Os Ecorregimes Aplicados ao Sector Pecuário”, a moderação esteve a cargo de Fernando

Cardoso, Secretário-Geral da FENALAC. Participaram como oradoras Susana Guedes Pombo, Diretora-Geral da DGAV, Isabel Santos, responsável pela Certificação e Sustentabilidade das Explorações da AGROS, e Beatriz Silva, Diretora-Geral da Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca. Em debate estiveram os desafios da aplicação dos ecorregimes, o papel das Cooperativas e a necessidade de assegurar que os objetivos ambientais caminham lado a lado com a viabilidade económica das explorações pecuárias.

Sessão de Encerramento: da burocracia ao futuro do sector

A sessão de encerramento contou com as intervenções do Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, e do Ministro da Agricultura e Pesca, José Manuel Fernandes.

Idalino Leão, Presidente da CONFAGRI, deixou um conjunto de mensagens firmes e assertivas sobre os desafios enfrentados pela agricultura e, em particular, pelo sector pecuário. A sua intervenção destacou a necessidade urgente de simplificar processos e eliminar bloqueios burocráticos que continuam a dificultar o investimento e a atividade dos agricultores.

Abordando a questão do licenciamento, Idalino Leão recordou que a CONFAGRI cumpriu o desafio lançado pelo Ministro da Agricultura de identificar os principais “nós” do sistema, tendo entregue um dossier com propostas concretas. “O Sr. Ministro sabe perfeitamente onde estão os nós para serem desatados”, afirmou, sublinhando que a complexidade do licenciamento se reflete em situações caricatas e contraditórias no terreno.

Sobre os ecorregimes e incentivos, o Presidente da CONFAGRI alertou para “alguns exageros” na forma como estão a ser aplicadas certas exigências, defendendo a necessidade de moderação e bom senso por parte da Administração Pública. “Nós precisamos de bom senso para executar este tipo de medidas, que são coletivas e só se vão atingir se todos estivermos a remar para o mesmo lado”, sublinhou, lembrando ainda que “há técnicos que encravam o sistema” e que isso tem custos reais para os agricultores. Num tom particularmente crítico, referiu também o desconforto com o aumento da presença da GNR nas explorações agrícolas, considerando que esse tipo de ações cria um “anátema social negativo”



2. ORADORES DA SESSÃO DE ABERTURA



3. ORADORES DO 1º PAINEL



4. ORADORES DO 2º PAINEL

sobre os agricultores, prejudicando a imagem do sector. “Não gosto de saber que a GNR está a visitar agricultores. Peço que se façam diligências para que isso seja terminado.”

O Presidente da CONFAGRI destacou ainda os obstáculos à renovação geracional no sector agrícola, provocados por entraves burocráticos e falta de flexibilidade, “Existem constrangimentos que são impeditivos de criarmos esta renovação tão necessária. E são constrangimentos burocráticos”, afirmou.

Falou também da gestão dos efluentes e da exigência de contratos formais para comprovação da posse de terrenos utilizados na atividade agrícola, pedindo que Portugal continental adote a mesma abordagem já existente nos Açores, onde este problema foi resolvido com soluções mais adequadas à realidade do terreno. Referiu ainda a urgência de agir em relação aos prejuízos causados pelos javalis, classificando esta situação como uma verdadeira “praga”, e defendeu que o Fundo Ambiental poderia ser uma ferramenta útil para compensar os agricultores afetados. Também a Sociedade Ponto Verde mereceu críticas diretas: “Há casos em que as taxas são mais de 200%, que o sector não está em condições de suportar”.

Num registo final mais simbólico, Idalino Leão alertou para os riscos de certas mensagens veiculadas por entidades oficiais, como a Direção-Geral da Saúde, que tendem a desvalorizar ou demonizar determinados produtos agroalimentares, como o leite, a carne ou o vinho. Defendeu também maior cuidado na forma como a agricultura e a alimentação são tratadas nos manuais escolares, por influência dessas mesmas narrativas. “Quando falamos de alimentação — leite, carne, maçã — estamos a falar de pessoas e

de território”, afirmou. Como exemplo, entregou ao Ministro um conjunto de páginas retiradas de livros escolares onde considera que essa imagem negativa está patente. “Contamos com a sua força e com o seu dinamismo, Sr. Ministro”, concluiu. Na sessão de encerramento, o Ministro da Agricultura e Pesca, José Manuel Fernandes, destacou o papel estruturante da agricultura para o país, salientando que esta deve ser reconhecida como uma atividade multifacetada, essencial não apenas para a produção de alimentos, mas também para a coesão territorial, o desenvolvimento económico, a cultura e até a defesa nacional. “A agricultura é coesão territorial, é competitividade, é investigação e inovação, é gastronomia, é turismo, é património, e muitas vezes também é cultura e tradição”, afirmou o governante, defendendo que este reconhecimento deve traduzir-se em políticas públicas adequadas, investimento reforçado e uma perceção social justa e valorizadora da atividade agrícola.

Na sua intervenção, o Ministro abordou ainda a importância da simplificação administrativa como um desígnio urgente, quer a nível nacional, quer europeu. Reconheceu que esse é um dos grandes objetivos do atual Governo, dando como exemplo os avanços na interoperabilidade e a meta de tornar os processos mais céleres e acessíveis para os agricultores, nomeadamente no tempo de análise das candidaturas. Referiu também que está em curso a revisão do regime do exercício da atividade pecuária, com o objetivo de facilitar a legalização e expansão das explorações. No que respeita ao apoio ao sector, anunciou medidas concretas, como o reforço dos investimentos no programa “Água que Une”, e a abertura de avisos para charcas, através de grupos de ação local, abaixo dos 50 mil euros. O Ministro referiu ainda a necessidade de garantir “práticas leais” no comércio europeu e o princípio da reciprocidade, questionando: “Como se explica que produtos que não podem ser produzidos em Portugal com certos produtos fitofarmacêuticos sejam depois importados de países terceiros que os utilizam?”

Na parte final da sua intervenção, José Manuel Fernandes alertou para os perigos de uma perceção errada da agricultura nas escolas e na sociedade. “Se dissermos às crianças que o agricultor é um vilão, um poluidor, é difícil que alguém queira

ser agricultor. E se, além disso, souberem que ganha menos 40% do que noutras profissões, ainda pior.” Defendeu que é necessário reverter este discurso negativo e valorizar o contributo dos agricultores para o país, incluindo o sector vitivinícola e florestal, também alvo de campanhas injustas. “Temos agricultores de enorme competência e excelentes técnicos. Temos tudo para triunfar.”, afirmou, sublinhando a sua abertura ao diálogo com o sector e ao trabalho em conjunto com as organizações agrícolas.

Um sector unido a pedir mudanças concretas

O seminário promovido pela CONFAGRI constituiu um momento relevante de reflexão, partilha de experiências e identificação de soluções para os desafios do sector pecuário. As intervenções, tanto técnicas como políticas, deixaram claro que existe um caminho comum para a valorização da atividade: mais diálogo, menos burocracia e mais reconhecimento do papel essencial que os agricultores e as Cooperativas desempenham no território.

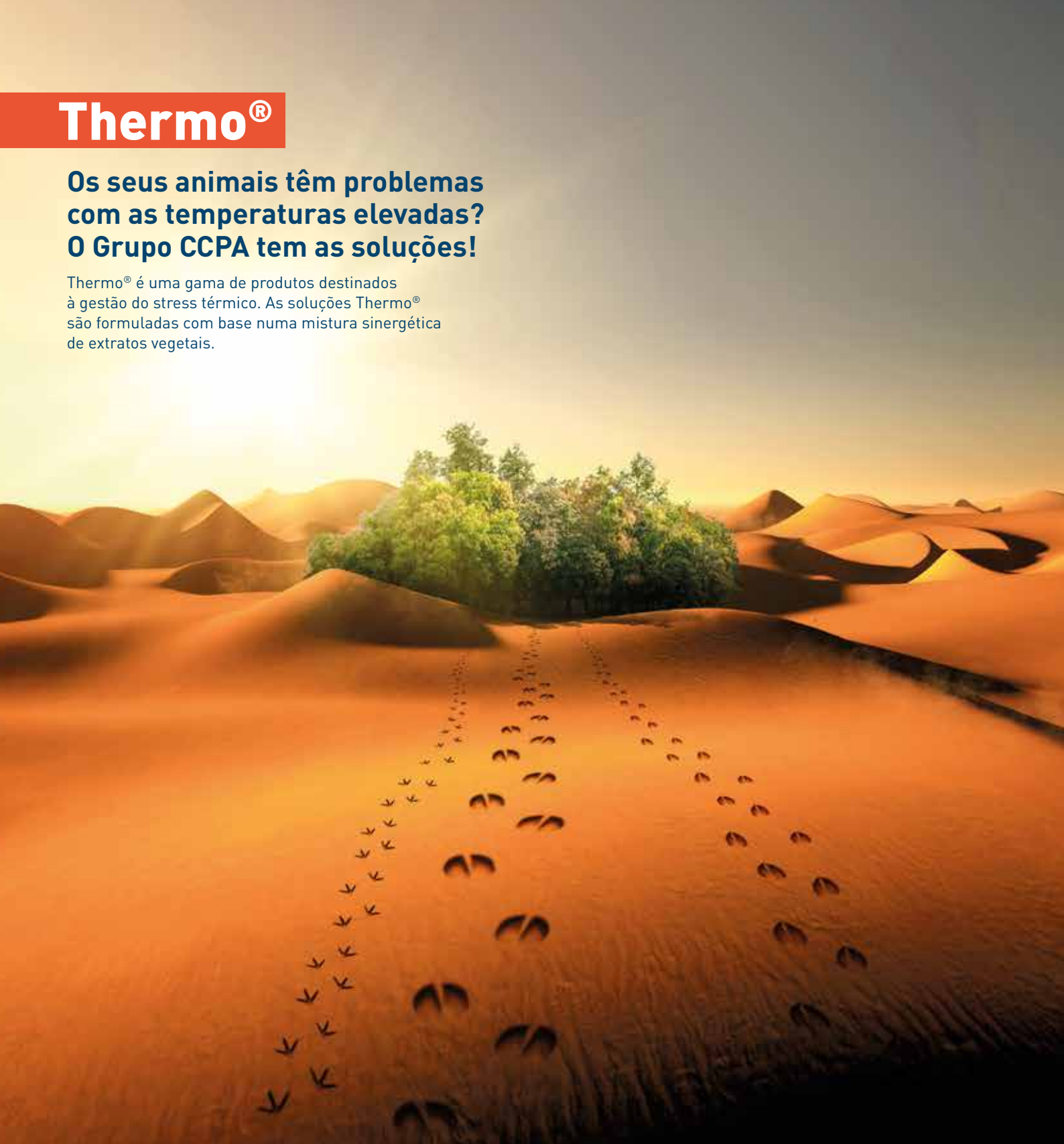
A CONFAGRI reafirma, com este seminário, a sua determinação em ser ponte entre os produtores e as entidades governamentais, promovendo um ambiente propício à construção de um sector pecuário mais forte, justo e sustentável. ●



CONFAGRI MARCA PRESENÇA NA AGRO 2025

A CONFAGRI, enquanto parceira ativa da AGRO 2025, marcou presença com um stand próprio, localizado no Pavilhão Institucional, onde informou e esclareceu os agricultores sobre as questões mais importantes da atualidade do Sector. Aos visitantes do seu stand, a CONFAGRI ofereceu a sua revista “Espaço Rural” e uma coletânea de suportes informativos sobre diversas temáticas relacionadas com o sector. No espaço da CONFAGRI foram recebidas as personalidades e delegações oficiais que visitaram a Feira.

Da nossa parte, congratulamo-nos com a forma como o certame decorreu, com a afluência de visitas que verificámos e pela forma como fomos recebidos. Por tudo isto, é garantido que voltaremos a marcar presença no próximo ano.



Thermo®

Os seus animais têm problemas com as temperaturas elevadas? O Grupo CCPA tem as soluções!

Thermo® é uma gama de produtos destinados à gestão do stress térmico. As soluções Thermo® são formuladas com base numa mistura sinérgica de extratos vegetais.

Thermo®

Minimize o impacto negativo do stress térmico!

A gestão do stress térmico é uma questão económica importante no setor da produção animal. Para minimizar os efeitos negativos do calor e da humidade ambiente nos animais de produção, o Grupo CCPA desenvolveu a gama Thermo®, um conjunto de soluções alimentares para várias espécies: FeedStim® Poultry para aves, Thermo®Plus para ruminantes e Thermo®Control para suínos.

Os produtos Thermo® previnem os efeitos do stress térmico, estimulando as defesas naturais dos animais e atuando nas suas funções digestivas. Os animais consomem mais alimento e as suas performances são melhoradas.

www.din.pt

DIN 
E GROUPE CCPA

COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS OLIVICULTORES DE SOUSEL – TAPADA DO VENCEREI



1. SEDE DA COOPERATIVA

TEXTO

PAULO MARQUES

i CONFAGRI

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

Cooperativa Agrícola dos Olivicultores
de Soussel – Tapada do Vencerei

[CONTACTOS]

Estrada da Circunvalação Nº5
Tapada do Vencerei, 7470-210 Soussel
Telefone:
+351 268 554 290
+351 926 447 140
Email: coop.olivsousel@sapo.pt
Site: <https://www.tapadadovencerei.com/>

Fundada em junho de 1977, a Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Soussel tem vindo a afirmar-se como um pilar da olivicultura tradicional e de qualidade no Norte Alentejano. Nascida da vontade de um grupo de produtores em valorizar a produção local e defender os interesses dos olivicultores da região, a Cooperativa tem vindo a desempenhar, ao longo de quase cinco décadas, um papel determinante na transformação e comercialização do azeite produzido pelos seus associados.

A Cooperativa iniciou a sua atividade num lugar de prensas arrendado, mas rapidamente deu passos firmes rumo à modernização. Em 1981, concretizou um importante investimento com a construção das atuais instalações, equipadas com um lagar contínuo de três fases e uma capacidade de laboração inicial entre as 25 e as 30 toneladas por dia. Desde então, a Cooperativa tem realizado sucessivos investimentos que lhe permitiram aumentar a capacidade de laboração, melhorar os serviços prestados aos associados e garantir a produção de um azeite de

excelência, com padrões de qualidade cada vez mais exigentes.

Com uma área de influência que abrange as freguesias de Soussel e Santo Amaro, e os concelhos de Fronteira e Alter do Chão, a Cooperativa labora atualmente azeitona proveniente de cerca de 3.800 hectares de olival, maioritariamente tradicional e de sequeiro, destacando-se a variedade Galega, em conjunto com outras como a Cobrançosa, Arbequina e Blanqueta. Inserida na área geográfica da Denominação de Origem Protegida “Azeite Norte Alentejano” e da Indicação Geográfica de Proveniência “Azeite do Alentejo”, a Cooperativa utiliza exclusivamente matéria-prima dos seus sócios.

Nos últimos anos, a entrada de novos associados com explorações de olival intensivo veio diversificar o perfil produtivo da Cooperativa e aumentar de forma significativa o volume de azeitona laborada. O saber-fazer acumulado por uma equipa técnica experiente assegura, ano após ano, a produção de um azeite que alia tradição e inovação — e que continua a ser um símbolo da riqueza olivícola do Alentejo.



2. ALBERTO SERAFIM – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração — Alberto Serafim

A Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Sousel foi fundada em 1977, contando já com quase cinco décadas de história. Quais considera terem sido os momentos mais marcantes no seu percurso ao longo dos anos?

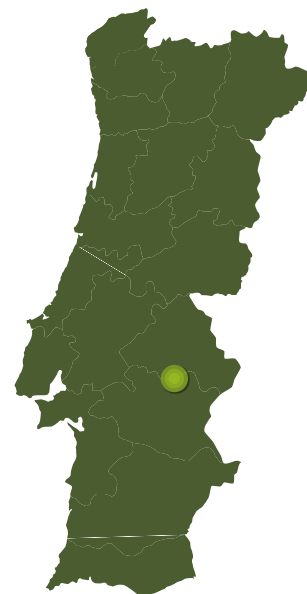
Ao longo da sua trajetória, a Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Sousel teve vários momentos marcantes que contribuíram para o seu crescimento e afirmação no sector olivícola. Um dos primeiros grandes marcos

foi a construção das atuais instalações, em 1981, que permitiu abandonar o lagar de prensas arrendado e iniciar uma nova fase de laboração com tecnologia contínua e maior capacidade de produção.

Posteriormente, destacam-se diversos investimentos estruturantes que modernizaram as infraestruturas e permitiram responder a novas exigências de qualidade e ambientais. Projetos como o do Regulamento (CEE) n.º 866/90, em 1993, e o POAGRO, em 2000, permitiram à Cooperativa introduzir melhorias significativas nos processos de extração, armazenamento e controlo de qualidade do azeite, bem como responder aos desafios ambientais emergentes. Mais recentemente, a adesão ao PRODER possibilitou um novo salto quantitativo e qualitativo na capacidade de laboração, com a realização de uma série de investimentos, entre os quais, a instalação de uma nova linha de extração que elevou a capacidade diária para 225 toneladas. Outro momento relevante foi a criação da marca própria da cooperativa - "Tapada do Vencerei" -, cuja identidade visual remete para um elemento simbólico da vila de Sousel: a marca esculpida na porta da Igreja de Nossa Senhora da Orada, ligada à lenda de D. Nuno Álvares Pereira e à expressão "Sou a El", atribuída ao local antes da Batalha dos Atoleiros. Esta ligação à história local fortalece a identidade da Cooperativa e valoriza o azeite que produz, associando-o a um legado de resistência, tradição e autenticidade.

De destacar ainda outro marco relevante da Cooperativa que foi a sua transformação em Organização de Produtores (OP) em 2019.

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS OLIVICULTORES DE SOUSEL

Qual tem sido o impacto da Cooperativa na economia local, no desenvolvimento da olivicultura e na vida dos agricultores da região de Sousel?

A Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Sousel tem desempenhado um papel fundamental na valorização da olivicultura da região e na sustentabilidade económica dos seus associados. Um dos impactos mais significativos é a fidelização dos produtores na entrega da azeitona ao lagar, o que permite uma gestão mais organizada da produção e garante que a matéria-prima seja transformada e comercializada de forma coletiva e vantajosa. Ao assegurar a comercialização do azeite a preços justos e com transparência, a Cooperativa ajuda a evitar fenómenos especulativos e assegura maior estabilidade no rendimento dos agricultores. A Cooperativa tem contribuído, ao longo dos anos, para a fixação das populações rurais, promovendo a permanência da atividade agrícola numa região predominantemente marcada pelo olival tradicional. O seu impacto reflete-se não só no apoio técnico e logístico prestado aos produtores, mas também na criação de emprego local e na dinamização económica do território envol-



3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ. PARA A DIR.: MARIO PEÇAS, ALBERTO SERAFIM E NELSON DA ROSA



4. AZEITE TAPADA DO VENCEREI – MONOVARIETAIS

vente. A Cooperativa representa, assim, uma âncora no combate à desertificação humana e produtiva do mundo rural, reforçando o papel da agricultura como fator de coesão e desenvolvimento regional.

A missão da Cooperativa enfatiza o respeito pela natureza e a sustentabilidade. De que forma estes princípios se refletem nas práticas agrícolas, na produção e nas características do vosso azeite?

Na Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Sousel, o respeito pela natureza é mais do que um princípio — é uma prática diária enraizada na tradição e na forma como os nossos produtores trabalham a terra. Ao longo dos anos, a Cooperativa tem priorizado uma abordagem sustentável, em equilíbrio com o que a terra oferece. O nosso azeite reflete esse compromisso: é um produto que transporta consigo as características únicas do território que o viu nascer — o sabor, o aroma e a identidade da nossa paisagem rural.

Mais de 50% da área olivícola é constituída por olival tradicional de sequeiro, um verdadeiro ecossistema ancestral que tem moldado a paisagem do Alentejo ao longo dos séculos. Este tipo de olival é cultivado com técnicas transmitidas de geração em geração, respeitando os ritmos da natureza e promovendo uma relação harmoniosa entre produção agrícola e biodiversidade. Ao escolherem o nosso azeite, os consumidores estão a levar para casa não apenas um tempero, mas também uma pequena parte da história e da identidade da região onde foi produzido.

Quais os principais serviços e apoios que a Cooperativa disponibiliza atualmente aos seus associados?

A Cooperativa de Sousel presta diversos serviços técnicos e institucionais aos seus associados, entre os quais se destaca a análise de controlo de maturação da azeitona antes da colheita, essencial para melhorar a qualidade do azeite produzido.

É também uma das poucas Organizações de Produtores reconhecidas para o sector do azeite no Alto Alentejo, o que permite aos sócios beneficiar de medidas de apoio específicas.

Além disso, promove regularmente ações de formação, muitas vezes realizadas nas suas instalações.

O Azeite da Cooperativa tem sido distinguido com vários prémios em concursos do sector. Gostaria de nos falar um pouco do Azeite da Cooperativa e das suas principais características?

O azeite da Cooperativa - Tapada do Vencerei - é, acima de tudo, o reflexo da identidade e tradição da região de Sousel. Produzido maioritariamente a partir de azeitona da variedade Galega — colhida em olivais tradicionais, com muitas árvores centenárias —, trata-se de um azeite que alia métodos de produção ancestrais a tecnologias modernas de extração.

A colheita é realizada nas melhores condições e a laboração decorre num curto espaço de tempo após a receção da azeitona, preservando ao máximo a sua qualidade. O resultado é um azeite virgem extra de excepção, com aroma frutado e doce, fiel ao

perfil da variedade que lhe dá origem. Na boca, revela frescura, suavidade e equilíbrio, compondo um final harmonioso que reflete a autenticidade do seu *terroir*.

A sustentabilidade e as alterações climáticas são desafios prementes na agricultura atual. Quais as estratégias adotadas pela Cooperativa para enfrentar estes desafios?

A sustentabilidade tem sido uma preocupação crescente na atuação da Cooperativa de Sousel, não apenas enquanto exigência do presente, mas como responsabilidade perante as gerações futuras.

Destaco a instalação de um sistema de painéis fotovoltaicos, que permitiu uma redução significativa do consumo energético da Cooperativa, tornando o processo de laboração mais eficiente e amigo do ambiente. Por outro lado, a valorização dos subprodutos da atividade também tem sido uma prioridade, sendo exemplo disso a reutilização das folhas da azeitona para compostagem, promovendo a economia circular e devolvendo matéria orgânica ao solo.

Dada a importância que o sector agroalimentar assume em termos de economia, é essencial assumi-lo como um desígnio nacional por excelência na definição da estratégia de desenvolvimento do País?

Sem dúvida. O sector agroalimentar, e em particular a olivicultura, deve ser reconhecido como estratégico para o desenvolvimento do País. A área olivícola onde nos inserimos possui características únicas, típicas da bacia mediterrânica, que permitem produzir um dos melhores óleos alimentares do mundo:



5. AZEITE TAPADA DO VENCEREI – BIOLÓGICO

o azeite. Trata-se de um produto de excelência, com elevado valor económico e cultural, que não pode ser replicado em outras regiões do globo com a mesma autenticidade e qualidade e que devem ser valorizadas e protegidas.

Por isso, é fundamental que o sector seja assumido como um verdadeiro desígnio nacional, não apenas pelo seu impacto direto na economia, mas também pelo papel que desempenha na promoção da segurança alimentar, da coesão territorial e da autonomia estratégica do País. Trata-se de uma atividade que contribui para manter viva a ruralidade, valoriza os nossos recursos endógenos e reforça a resiliência do território.

Da mesma forma, é igualmente essencial o reconhecimento das Cooperativas como estratégicas para o desenvolvimento do sector agroalimentar, bem como a necessária renovação geracional do sector. O que considera fundamental para promover estes dois fatores essenciais?

Sem dúvida. O reconhecimento do papel estratégico das Cooperativas é crucial para o futuro do sector agroalimentar. Seria importante promover uma maior união entre as cooperativas, na nossa região, de forma a aumentar o peso negocial e reforçar a capacidade de resposta no mercado internacional. Esta articulação permitiria valorizar melhor os nossos produtos, criando margens mais justas e sustentáveis para os produtores.

Paralelamente, é urgente trabalhar a renovação geracional no interior das Cooperativas. Para isso, é necessário inovar, modernizar a atividade e torná-la mais atrativa para os jovens. Só assim conseguiremos despertar o seu interesse em integrar os corpos sociais e dar continuidade ao trabalho que tem sido desenvolvido. A inovação, a valorização da produção e a profissionalização da gestão são caminhos fundamentais para garantir esse envolvimento das novas gerações.

Como avalia a importância do papel desempenhado pela CONFAGRI na representação e defesa do sector agroalimentar?

A CONFAGRI tem um papel fundamental. É a entidade que nos representa, que dá voz às Cooperativas e aos produtores, tanto a nível nacional como europeu. O facto de estarmos representados em Bruxelas de forma assídua é uma mais-valia inegável, numa altura em que tantas decisões relevantes para o nosso sector são tomadas a esse nível. Para além disso, destaco o trabalho conjunto da CONFAGRI com a FENAZEITES na promoção e divulgação dos azeites cooperativos em diversos certames, contribuindo para o reconhecimento da qualidade do nosso produto e para a valorização da produção nacional.

Para concluir, que mensagem gostaria de transmitir aos associados, colaboradores e à comunidade local, especialmente num contexto em que o cooperativismo assume um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento rural?

A Cooperativa está sempre disponível para apoiar e concretizar todos os projetos que valorizem a nossa instituição e reforcem o papel do sector olivícola na região. Contamos com uma equipa de colaboradores altamente profissional, cuja dedicação tem sido essencial para dinamizar esta nobre atividade. É com esse espírito de compromisso e proximidade que queremos continuar a trabalhar, lado a lado com os nossos associados e com a comunidade local, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do território e para a valorização do mundo rural. ●

Gama Full-line





EXPORTAÇÕES DE VINHO EM 2024 RESISTEM AO MOMENTO DIFÍCIL DO SECTOR

TEXTO

TERESA MATA

 FENADEGAS

O sector vitivinícola vive atualmente um contexto desafiante a nível mundial, marcado por uma conjuntura económica adversa, com quebras na produção e no consumo. Portugal não é exceção a esta realidade. No entanto, em 2023, verificou-se um aumento da produção nacional, reflexo dos avultados investimentos realizados na vinha ao longo das últimas décadas, que agora começam a mostrar resultados.

TABELA 1 Principais Exportadores Mundiais – ano 2023

VOL (MILHÕES DE LITROS)			VALOR (MILHÕES DE €)		
		ANO 2023			ANO 2023
1	ITÁLIA	2 137	1	FRANÇA	11 987
2	ESPAÑA	2 064	2	ITÁLIA	7 770
3	FRANÇA	1 285	3	ESPAÑA	2 940
4	CHILE	683	4	CHILE	1 412
5	AUSTRÁLIA	640	5	AUSTRÁLIA	1 287
6	ÁFRICA DO SUL	349	6	NOVA ZELANDIA	1 195
7	ALEMANHA	327	7	E.U.A	1 133
8	PORTUGAL	319	8	ALEMANHA	1 060
9	NOVA ZELANDIA	270	9	PORTUGAL	925
10	CANADÁ	226	10	ARGENTINA	609

TABELA 2 Evolução das Exportações de Vinho (Portugal)

	VOL (MILHÕES DE L)	VALOR (MILHÕES DE €)	PREÇO MÉDIO (€/L)
2014	283,60	726,30	2,56
2015	279,80	735,50	2,63
2016	278,00	724,00	2,60
2017	298,20	778,00	2,61
2018	295,20	800,30	2,71
2019	296,30	819,40	2,77
2020	315,10	856,40	2,72
2021	328,80	927,40	2,82
2022	325,40	939,00	2,89
2023	319,00	924,60	2,90
2024	347,50	965,80	2,78

Ainda assim, as duas últimas campanhas exigiram a aplicação de medidas excecionais, como as destilações de crise de 2023 e 2024, com o objetivo de corrigir desequilíbrios no mercado provocados pelo excesso de stocks e pela entrada de vinho importado com fraca regulação. Estas medidas visaram sobretudo preservar o rendimento dos viticultores e assegurar a estabilidade financeira de muitas empresas do sector. Por isso é tão importante, que, apesar da crise e da situação mundial, os vinhos portugueses resistam nos mercados mundiais, tendo em 2024 aumentado as suas exportações face ao ano anterior. Em termos de posicionamento mundial, Portugal representou 2,6% do valor das exportações, mantendo o seu lugar quer em volume quer em valor (ver tabela 1). As exportações dos vinhos portugueses cresceram 4,5% em 2024, atingindo o valor de 965,8 milhões de euros, apesar do decréscimo de 3,88% do preço médio por litro ou seja 2,78 euros. Em relação ao volume, as exportações atingiram os 347,5 milhões de litros, o que se traduz num aumento de 8,7% face a 2023.

**PRODUTOS
PERFEITOS
PARA SI!**



TRATORES



M4-063 ARCO,
M4-073



M4-063 CAB, M4-073



M5-092 ARCO, M5-112



M5-092, M5-112



M5-072N, M5-092N,
M5-102N, M5-112N



M5-072N, M5-082N,
M5-112N



M6-122, M6-132,
M6-142



M7-133, M7-153,
M7-173

TRATORES COMPACTOS



EK1-261



B2-201, B2-261



L2-372, L2-452,
L2-522



LX-351, LX-401

EQUIPAMENTOS



FB1000



XTA24



DSXL-W GEOSPREAD



CU3301

VEÍCULOS UTILITÁRIOS



RTV-X1110TR



RTV-X1110TW

Encontre estes
e mais produtos
no nosso site:



TABELA 3 Principais destinos de Expedição/Exportação

	VOL (MILHÕES DE LITROS)		VAR 2024/2023		VALOR (MILHÕES DE €)		VAR 2024/2023
	MERCADOS	ANO 2024			MERCADOS	ANO 2024	
1	ANGOLA	36	6.82	1	FRANÇA	103	-0.01
2	FRANÇA	33	-6.32	2	E.U.A	102	2.05
3	BRASIL	29	10.69	3	BRASIL	85	7.46
4	ESPAÑA	24	142.11	4	REINO UNIDO	84	-3.89
5	E.U.A	24	0.60	5	PAÍSES BAIXOS	52	1.21
6	REINO UNIDO	23	-2.60	6	CANADÁ	51	3.93
7	ALEMANHA	21	0.40	7	ALEMANHA	47	-2.75
8	POLÓNIA	16	1.15	8	ANGOLA	44	0.21
9	RÚSSIA	15.8	179.58	9	BÉLGICA	39	-0.7
10	PAÍSES BAIXOS	14	-5.53	10	POLÓNIA	38	2.84

TABELA 4 Principais destinos de Expedição/Exportação (s/ Vinho do Porto)

VALOR (MILHÕES DE €)		VAR 2024/2023
MERCADOS	ANO 2024	
BRASIL	82.7	7.85
E.U.A	67.3	1.10
REINO UNIDO	50.8	7.30
ANGOLA	43.6	0.05
CANADÁ	41.3	5.13
POLÓNIA	35.3	2.27
FRANÇA	32.6	-10.65
ALEMANHA	32.4	0.32
RÚSSIA	31.5	192.18
SUÍÇA	26.6	12.03

TABELA 5 Expedição/Exportação por tipo de produto

VOL (MILHÕES DE LITROS)			VALOR (MILHÕES DE €)		
TIPO DE PRODUTO	ANO 2024	ANO 2023	TIPO DE PRODUTO	ANO 2024	ANO 2023
Vinhos Certificados	164	151	Vinhos Certificados	493	467
PORTO	54,7	54,2	PORTO	304	301
Vinhos não Certificados	128	113	Vinhos não Certificados	167	156

Os vinhos portugueses têm conquistado quota de mercado e têm resistido nos mercados mundiais, provando que o investimento e o trabalho de todo o sector tem compensado e deverá ser continuado.

Não considerando o vinho do Porto, as exportações atingiram 661,6 milhões de euros, um aumento de 6,6% face a 2023, e em termos de volume atingiram os 292,5 milhões de litros, um aumento de cerca de 11%. Embora com uma evolução bastante positiva, o aumento do preço médio terá de ser uma meta a atingir nos próximos anos, pois só assim se consegue valorizar mais os vinhos portugueses e garantir maior sustentabilidade no futuro (ver tabela 2). Em termos dos principais mercados, a França continua a ter um lugar de destaque, mantendo o primeiro lugar em valor, 103.4 milhões de euros, embora

com alguma quebra. Os Estados Unidos reforçaram a sua posição como segundo maior mercado, com um crescimento de 2%, atingindo 102,1 milhões de euros, sendo o primeiro e mais importante mercado fora da Europa. Por ser um mercado tão importante para as nossas exportações, as notícias de aumento de taxas alfandegárias sobre os vinhos europeus, causam alguma apreensão e preocupação, não sabendo qual o impacto que irá ter no futuro mais próximo. Portugal não está sozinho, estando a União Europeia a preparar medidas que de algum modo possam minimizar a perda de posição no mercado mundial. O Brasil aumentou quer em volume quer em valor, passando a ser o nosso 3º maior mercado. Salientar que ultrapassou o Reino Unido, mercado com grande importância para Portugal, mas que nos últimos anos tem vindo a perder posição, muito por força da saída da União Europeia. A evolução positiva das exportações em 2024, especialmente nos mercados estratégicos para Portugal, como Brasil, Canadá e EUA, demonstra que o trabalho iniciado há anos pelo sector está a dar frutos, resistindo às crises e mantendo a competitividade nos mercados mundiais (ver tabela 3). Se retiramos o Vinho do Porto, produto com grande importância nas nossas exportações mas que infelizmente tem vindo a perder quota de mercado, registamos um crescimento mais expressivo no Brasil, o que confirma a tendência dos últimos anos como um dos nossos mercados principais (ver tabela 4). Por categoria de produto, em 2024, os Vinhos com Denominação de Origem e Indicação Geográfica (DO/IG) representam 51% em valor dos vinhos exportados. O Vinho do Porto com 31,5% de quota e os vinhos sem DO/IG representam em valor 17,5%. Todas as categorias de produto apresentaram crescimentos positivos, embora no Vinho do Porto seja menos significativa (ver tabela 5). Apesar da crise do sector em Portugal, que esperamos ser conjuntural, da situação mundial instável, do aumento previsível das taxas aduaneiras por parte dos EUA, os vinhos portugueses têm conquistado quota de mercado e têm resistido nos mercados mundiais, provando que o investimento e o trabalho de todo o sector tem compensado e deverá ser continuado. ●

Entregue as embalagens vazias

de produtos fitofarmacêuticos, biocidas,
sementes, fertilizantes, rações e batata
de semente num ponto de retoma Valorfito.

Faça como a Família Prudêncio®



Informe-se em www.valorfito.com
ou num Ponto de Retoma Valorfito.

SIGERU . Sistema Integrado de Gestão de Embalagens
e Resíduos em Agricultura, Lda.

R. General Ferreira Martins, nº 10 - 6º A . 1495-137 Algés
T. +351 214 107 209 // contacto.valorfito@sigeru.pt

CONFAGRI ACOLHE CONFERÊNCIA SOBRE O SECTOR COOPERATIVO E APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO ÀS COOPERATIVAS 2025

TEXTO

PAULO MARQUES

i CONFAGRI



1. INTERVENÇÃO DE EDUARDO GRAÇA, PRESIDENTE DA CASES



2. INTERVENÇÃO DE JULIETA SANCHES, PRESIDENTE DA CONFECOOP



3. INTERVENÇÃO DE NUNO SERRA, SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI

No passado dia 19 de março, a sede da CONFAGRI, em Lisboa, foi palco da Conferência “Os Números do Sector Cooperativo em Portugal” e do lançamento de mais uma edição do “Programa de Apoio às Cooperativas — PAC25”. O evento, promovido pela CASES, integra o programa oficial das comemorações do Ano Internacional das Cooperativas 2025 e teve como objetivo destacar a importância do cooperativismo e o impacto económico e social das cooperativas no país.

O Impacto Económico e Social do Sector Cooperativo

Durante a conferência, foram apresentados dados que demonstram a relevância do sector cooperativo em Portugal. As cooperativas têm um papel fundamental na economia nacional, abrangendo milhares de associados e contribuindo significativamente para a geração de emprego e para a coesão territorial e desenvolvimento das regiões onde estão inseridas.

Entre os principais números, segundo dados da conta satélite da Economia social 2020, destacam-se:

- O sector cooperativo representa mais de 828 mil cooperadores;
- Existem mais de 2.100 cooperativas ativas, abrangendo vários sectores da economia, sendo o ramo agrícola o mais representativo, com cerca de 32%;
- O sector representa mais de 26.000 postos de trabalho remunerados;
- O VAB (Valor Acrescentado Bruto) do sector cooperativo ultrapassa os 700 M €, evidenciando um crescimento sustentado, dinâmico e resiliente;
- As 100 Maiores Cooperativas (2022) geraram um volume de negócios de 3, 28 mil milhões de euros.

O Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra, sublinhou a necessidade de unir esforços para aumentar o conhecimento disponível sobre o sector, desafiando a CASES a criar um mecanismo, alinhado com o Governo, que incentive as cooperativas a partilhar os seus dados estatísticos, para que se possa compreender de forma concreta o seu impacto na economia e na sociedade, bem como a criar um Observatório das Cooperativas Agrícolas, com o objetivo de reunir e divulgar informação detalhada sobre o sector e seu real e irrefutável impacto nos territórios.

PAC25: Apoio ao Desenvolvimento do Sector Cooperativo

Outro dos momentos-chave do evento foi a apresentação do Programa de Apoio às Cooperativas (PAC25), que visa promover um apoio efetivo à constituição, modernização e divulgação do modelo cooperativo. O programa contempla três medidas principais:

A - Medida 1 - Constituir & Prosseguir: Comparticipação dos custos administrativos resultantes dos processos de constituição, de alteração de estatutos e dos titulares dos Órgãos Sociais das cooperativas.

- **Cooperativas que podem beneficiar deste apoio** - Podem candidatar-se as cooperativas que tenham efetuado o registo definitivo de constituição ou de alteração dos estatutos ou dos titulares dos Órgãos Sociais, durante o período de elegibilidade indicado no aviso de abertura de candidaturas.

B - Medida 2 - Inovação & Digitalização: Comparticipação das despesas decorrentes de processos de inovação digital nas cooperativas.

- **Cooperativas que podem beneficiar deste apoio** - Podem candidatar-se as cooperativas legalmente constituídas que cumpram os requisitos e condições previstos no presente regulamento e que pretendam implementar processos referidos no ponto seguinte.

C - Medida 3 - Divulgação & Promoção: Comparticipação das despesas decorrentes de processos de divulgação e promoção do modelo cooperativo.

- **Cooperativas que podem beneficiar deste apoio** - Podem candidatar-se as cooperativas legalmente constituídas que cumpram os requisitos e condições previstos no presente regulamento e que pretendam implementar processos referidos no ponto seguinte.

O programa tem uma dotação orçamental de 500.000€ e as candidaturas estarão abertas até ao dia 31 de maio. O financiamento será concedido até ao limite da verba disponível. Para mais informações sobre o Programa de Apoio às Cooperativas, os interessados podem consultar o site da CASES em www.cases.pt

Conclusão

A Conferência “Os Números do Sector Cooperativo em Portugal” reforçou a importância das cooperativas na economia nacional e destacou a necessidade de mais mecanismos de apoio e de monitorização do seu impacto. O lançamento do PAC25 representa um passo concreto nesse sentido, oferecendo suporte financeiro às cooperativas para se modernizarem e fortalecerem.

A CONFAGRI destacou, uma vez mais, o seu compromisso em defender e apoiar o sector cooperativo, promovendo a criação de condições que assegurem a sua sustentabilidade e crescimento. O sector cooperativo desempenha um papel essencial na economia, na coesão social e no desenvolvimento dos territórios, sendo um modelo que responde aos desafios do futuro. Neste contexto, a proclamação de 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas reforça a relevância deste modelo e a necessidade de políticas que o valorizem e potenciem o seu crescimento. ●



ENFARDEIRA FBP 3135



SEMEADOR DE SEMENTEIRA DIRETA SDE3000



GRADE RÁPIDA

BE STRONG, BE KUHN



SEMEADOR MONOGÃO MAXIMA 3



JUNTADOR DE FENOS



GADANHEIRA LIFT CONTROL



Auto Industrial
Divisão Agrícola

M. Edifício Auto Industrial | Estrada da Circunvalação | 2794-065 Carnaxide
T. +351 210 009 771
E. divagricola@auto.industrial.pt
W. divisaoagricola.autoindustrial.pt

GPP DEBATE PAPEL DAS COOPERATIVAS NO SECTOR AGROALIMENTAR

TEXTO

PAULO MARQUES

i CONFAGRI

O Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) promoveu, no dia 7 de março de 2025, uma sessão de debate dedicada ao papel das Cooperativas no sector agroalimentar, integrada na apresentação da edição n.º 32 da publicação CULTIVAR – Cadernos de Análise e Prospetiva, dedicada ao tema “Cooperativas”. O evento, realizado no Salão do Marquês, na Praça do Comércio, em Lisboa, contou com a participação de especialistas e representantes do sector cooperativo, reforçando a importância destas organizações na dinamização da economia rural e na coesão territorial. A sessão teve início com uma intervenção de Eduardo Diniz, seguindo-se a apresentação em vídeo da nova edição da CULTIVAR. O momento central do evento foi a mesa-redonda que reuniu Nuno Serra (Secretário-Geral da CONFAGRI), José Duarte (Presidente da Cooperativa de Moura e Barrancos), Leonel Amorim, e Paula Geadas (Embaixada dos Países Baixos), sob moderação de Custódia Correia (DGADR). Durante o debate, foram abordadas questões importantes sobre o papel desempenhado pelas Cooperativas, que permitiram destacar o seu papel fundamental ao nível da dinamização da economia rural, da coesão territorial e social a nível nacional e facilitar o acesso à tecnologia e capacitação dos agricultores, promovendo a inovação no sector agroalimentar.



1. INTERVENIENTES DA MESA REDONDA

Nuno Serra, em representação da CONFAGRI, sublinhou a importância estratégica das Cooperativas para a agricultura e para o desenvolvimento rural, afirmando que “é imperativo, pelo peso dos seus números e pela sua representatividade no panorama agrícola nacional, que se considerem, e incluam, as Cooperativas no processo de delineamento das políticas públicas que à agricultura e à coesão territorial dizem respeito, de forma a acautelar a sustentabilidade, rejuvenescimento e o sucesso futuro do nosso sector.”

A discussão reforçou a necessidade de sensibilizar a sociedade para o funcionamento do modelo cooperativo, bem

como de criar políticas públicas específicas que tornem o sector mais atrativo, resiliente e competitivo, evidenciando o papel das Cooperativas como agentes de inovação, de promoção da coesão territorial, e como estruturas fundamentais para a organização e valorização da produção agrícola.

O evento terminou com um espaço de debate aberto ao público. A CONFAGRI reafirma o seu compromisso em continuar a defender e a promover o cooperativismo agrícola em Portugal, colaborando ativamente com as entidades públicas para garantir um sector cooperativo mais forte e sustentável e para fazer crescer Portugal. ●



2. INTERVENÇÃO DE EDUARDO DINIZ – DIRETOR-GERAL DO GPP



3. INTERVENÇÃO DE NUNO SERRA – SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI

DE 30 DE ABRIL A 4 DE MAIO



ACOS AGRICULTORES
DO SUL

TUDO O ALENTEJO DESTE MUNDO

41^a OVI BEJA + AGRICULTURA + FUTURO

IMAGEM CRIADA COM IA

30.04

**BÁRBARA
BANDEIRA**

DJ CHRISTIAN F

02.05

SLOW J

DJ PEDRO CAZANOVA

01.05

**BANDIDOS DO CANTE
AFTER NOTHING**

DJ'S PEPE AVENTURA, GROOVE
E PEDRO CHARNECA

03.05

**MIGUEL
ARAÚJO**

DJ WILSON HONRADO
(Rádio Comercial)

www.ovibeja.pt



PRIMEIRO ENCONTRO DE TÉCNICOS DA LACTICOOP DESTACA DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O SECTOR LEITEIRO

A LACTICOOP promoveu, no dia 29 de março, o seu Primeiro Encontro de Técnicos, um evento que reuniu 250 participantes, entre produtores, técnicos do sector, representantes institucionais e convidados oficiais. A iniciativa decorreu nas instalações da LACTICOOP na Zona Industrial da Tocha, em Cantanhede, e contou com a presença do Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, da Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Helena Teodósio, do Ministro da Agricultura e Pesca, José Manuel Fernandes, do Vice-Presidente da CCDR– Centro, Vasco Estrela, do Diretor Geral do GPP, Eduardo Diniz, entre outros.



1. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA LACTICOOP, JOSÉ MARQUES

TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI

O encontro teve como principal objetivo promover a troca de conhecimentos e discutir os desafios e oportunidades do sector leiteiro em Portugal. O programa incluiu um ciclo de palestras técnicas, uma mesa-redonda com especialistas do sector e uma visita à fábrica de misturas da LACTICOOP.

2. INTERVENIENTES DA MESA REDONDA

Abertura com compromisso e visão estratégica

Na sessão de abertura, o Presidente da LACTICOOP, José Marques, destacou a importância do evento como um momento de partilha e compromisso com o futuro da produção de leite em Portugal.

“A vossa presença demonstra mais do que interesse, um verdadeiro sentido de missão. Este evento é muito mais do que uma simples jornada técnica. É a expressão viva da nossa vontade de evoluir, de inovar e fazer mais e melhor”, afirmou. José Marques sublinhou ainda que a

inovação e a cooperação são fundamentais para enfrentar os desafios do sector e reforçou a importância de um diálogo aberto entre produtores, técnicos, parceiros do sector e decisores políticos.

Debates e partilha de conhecimento

Durante a manhã, o encontro contou com diversas palestras técnicas. Sónia Rodriguez, da SERAGRO, abordou o “Plano Reprodutivo numa Vacaria Moderna”, enquanto Javier Lopez, da KEMIN, falou sobre “Nutrição de Péri-Parto numa Vacaria Moderna”. Seguiu-se a intervenção de

Adelaide Pereira, da SEGALAB, sobre "Doenças Vetoriais", e Anabela Gomes, da LACTOGAL, que traçou um cenário transversal do Produtor LACTOGAL.

A mesa-redonda, moderada por Fernando Cardoso, Secretário-Geral da FENALAC, trouxe um debate enriquecedor sobre o presente e futuro do sector leiteiro. Contou com a participação de Anabela Gomes, Adelaide Pereira, Sónia Rodriguez, Javier Lopez e Arlindo Cunha, ex-Ministro da Agricultura. Entre os temas debatidos, estiveram os desafios da sustentabilidade, as exigências do mercado, a utilização da inteligência artificial e as necessidades de desburocratização e de investimento na produção nacional.

Encerramento com apelo à valorização do sector

Na sessão de encerramento, José Marques reforçou a importância do encontro e do papel da LACTICOOP na defesa dos produtores de leite.

de quem, diariamente, garante esse alimento essencial. Enfatizou que a produção de leite vai muito além de um simples sector económico: é um ato contínuo de coragem, um compromisso diário com a excelência, com a natureza e com a sociedade.

José Marques sublinhou ainda que a profissão de agricultor deve ser reconhecida como uma atividade essencial, desempenhando um papel indispensável na sustentabilidade alimentar e na coesão territorial. Para isso, é fundamental que existam políticas públicas eficazes que garantam a justa valorização do trabalho dos produtores, que promovam o seu desenvolvimento e reconhecimento e que permitam enfrentar desafios estruturais, como a burocracia excessiva e a falta de incentivos ao rejuvenescimento do sector. O Responsável destacou ainda que a LACTICOOP, com 63 anos de história, é um pilar fundamental do sector, recolhendo anualmente 148 milhões de litros de leite e promovendo boas práticas sustentáveis,

desenvolver o seu trabalho com qualidade e competitividade. "Os nossos produtores querem continuar a fazer o seu trabalho, acreditam na importância da sua produção e sabem fazê-lo com excelência. Mas, mesmo querendo e fazendo, precisam de mais apoios e de condições justas para competir no mercado", referiu.

Por sua vez, o Ministro da Agricultura, José Manuel Fernandes, reforçou a necessidade de colocar a agricultura no centro das prioridades do país. Destacou que o sector leiteiro enfrenta desafios que exigem respostas concretas, como garantir um rendimento justo para os produtores, incentivar a renovação geracional, reduzir a burocracia e investir na inovação e na sanidade animal à escala europeia. Sublinhou ainda que, apesar dos sinais positivos registados em 2024, é essencial continuar a valorizar o leite nacional, reforçar a resiliência do sector e assegurar que os produtores recebem um preço justo pelo seu trabalho. Por



3. ASSISTÊNCIA DO ENCONTRO DE TÉCNICOS



4. PRESIDENTE DA LACTICOOP, JOSÉ MARQUES COM PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO E MINISTRO DA AGRICULTURA E PESCA, JOSÉ MANUEL FERNANDES

"Hoje reunimos aqui praticamente todos os produtores da LACTICOOP, oriundos de diferentes regiões do país, cada um com a sua realidade, mas todos com desafios semelhantes e com a mesma ambição: garantir que a produção de leite em Portugal seja sustentável, respeitada e valorizada", afirmou.

O Presidente da LACTICOOP destacou que este encontro não foi apenas uma oportunidade para debater técnicas de produção, mas sim um momento de reflexão sobre o futuro da produção de leite, a soberania alimentar do país e a dignidade

ficando claro, ao longo da sua intervenção, que a LACTICOOP reafirma a sua missão de apoiar os seus associados, promover a valorização do leite nacional e contribuir para um sector mais forte e sustentável.

Reconhecimento institucional

A presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Helena Teodósio, saudou a realização do encontro, destacando a importância da LACTICOOP e do sector leiteiro para a economia local e a necessidade de criar condições para que os produtores possam continuar a

fim, felicitou a LACTICOOP pelos seus 63 anos de história, reconhecendo o seu papel fundamental na competitividade do sector e na união dos produtores na defesa da agricultura portuguesa.

Com este Primeiro Encontro de Técnicos, a LACTICOOP reafirma o seu compromisso com a valorização da produção leiteira nacional. A troca de conhecimento e o diálogo entre produtores, especialistas e decisores políticos são essenciais para enfrentar os desafios do futuro e assegurar a competitividade e sustentabilidade da produção de leite em Portugal. ●



A AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

TEXTO

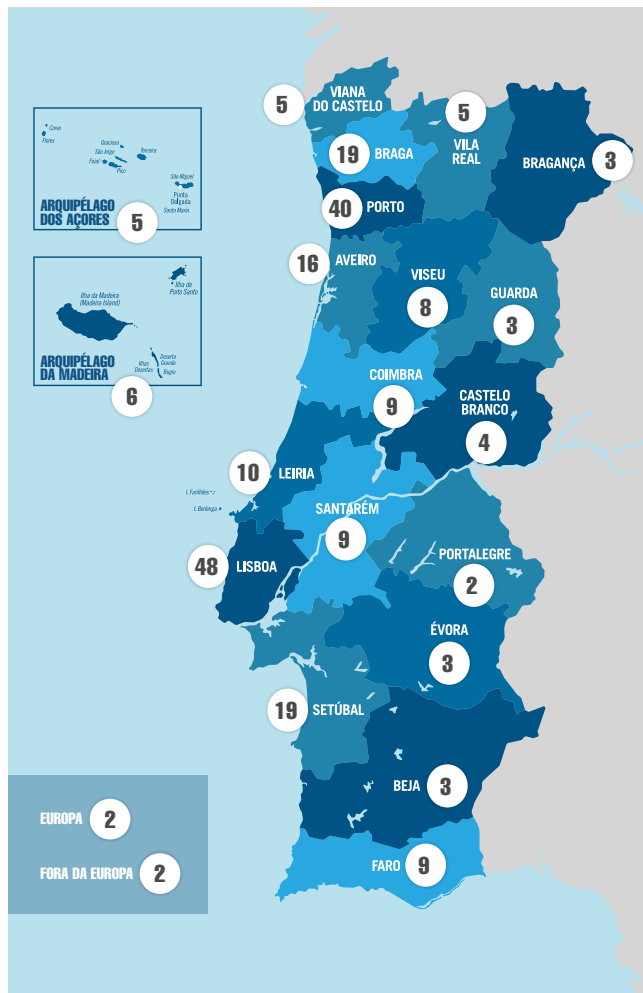
AUGUSTO FERREIRA

 CONFAGRI

No próximo dia 18 de maio de 2025 os portugueses serão novamente chamados a votar em eleições para a Assembleia da República Portuguesa, afim de eleger a XVII Legislatura da Terceira República Portuguesa.

De acordo com a Lei Eleitoral para a Assembleia da República (LEAR), Lei n.º 14/79, de 16 de maio, o território eleitoral divide-se, para efeito de eleição dos deputados à Assembleia da República, em círculos eleitorais que, no caso do território continental, coincidem com as áreas

GRÁFICO 1 Círculo eleitoral - Número de Deputados



dos distritos administrativos, sendo por isso designados pelo nome da capital de cada distrito. No território continental existem 18 círculos eleitorais, a que vão acrescer os círculos eleitorais da Região Autónoma da Madeira e da Região Autónoma dos Açores, e os dois círculos eleitorais para os eleitores residentes fora do território nacional, agrupados em residentes no território dos países europeus, e outro para os residentes nos demais países e no território de Macau. No conjunto dos círculos eleitorais são eleitos 230 deputados para a Assembleia da República, dos quais 226 são eleitos pelos círculos eleitorais do território nacional (215 eleitos pelo Continente e 11 pelas Regiões Autónomas), distribuídos proporcionalmente ao número de eleitores de cada círculo, segundo o método da média mais alta de Hondt, conforme fixado no artigo 16.º da LEAR¹ (ver gráfico 1). Pese embora o método “científico” para a atribuição de mandatos por cada círculo eleitoral, na prática verifica-se



NOVO
TAFE 7515
COM 75 Cv
TRATOR
UTILITÁRIO

EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS



McHALE
Fusion 3 Plus
ENFARDADEIRA
COMBINADA



iD-David
CULTIVADOR
INTERCEPAS



Kverneland
SEMEADOR DE
PRECISÃO OPTIMA V-SX



GOLDONI
S60
COMPACTO
TRATOR
POLIVALENTE

TABELA 1 Número de deputados e número de eleitores por círculo eleitoral do Continente

DISTRITO	N.º DEPUTADOS	Nº DE ELEITORES (AR 2024)	POPULAÇÃO RESIDENTE (2023)	N.º ELEITORES/DEPUTADO	N.º HABITANTES/DEPUTADO
Aveiro	16	642086	725461	40130	45341
Beja	3	119102	148881	39701	49627
Braga	19	780163	863547	41061	45450
Bragança	3	134213	122739	44738	40913
Castelo Branco	4	163578	179608	40895	44902
Coimbra	9	371745	418136	41305	46460
Évora	3	133400	153475	44467	51158
Faro	9	382586	484122	42510	53791
Guarda	3	141431	141995	47144	47332
Leiria	10	412184	479261	41218	47926
Lisboa	48	1915172	2355867	39899	49081
Portalegre	2	93106	104081	46553	52041
Porto	40	1591759	1846178	39794	46154
Santarém	9	377261	441255	41918	49028
Setúbal	19	751292	902863	39542	47519
Viana do Castelo	5	233491	234215	46698	46843
Vila Real	5	208667	185086	41733	37017
Viseu	8	335659	355309	41957	44414

TABELA 2 Número de deputados e tipologia das áreas urbanas por círculo eleitoral do Continente

DISTRITO	N.º DEPUTADOS	ÁREA (KM²)	ÁREA/DEPUTADO (KM²)	ÁREA PREDOMINANTEMENTE URBANA (APU) (KM²)	APU/ÁREA (%)	ÁREA MEDIANAMENTE URBANA (AMU) (KM²)	AMU/ÁREA (%)	ÁREA PREDOMINANTEMENTE RURAL (APR) (KM²)	APR/ÁREA (%)
Porto	40	2395	60	2000	84%	300	13%	95	4%
Lisboa	48	2761	58	2000	72%	500	18%	261	9%
Braga	19	2673	141	1500	56%	800	30%	373	14%
Viana do Castelo	5	2255	451	1000	44%	800	35%	455	20%
Aveiro	16	2808	176	1200	43%	800	28%	808	29%
Leiria	10	3515	352	1500	43%	1000	28%	1015	29%
Faro	9	4960	551	2000	40%	1000	20%	1960	40%
Setúbal	19	5064	267	2000	39%	1000	20%	2064	41%
Coimbra	9	3947	439	1500	38%	1000	25%	1447	37%
Viseu	8	5007	626	1500	30%	1000	20%	2507	50%
Santarém	9	6747	750	2000	30%	1000	15%	3747	56%
Vila Real	5	4328	866	1000	23%	800	18%	2528	58%
Guarda	3	5518	1839	1000	18%	1000	18%	3518	64%
Castelo Branco	4	6675	1669	1200	18%	1000	15%	4475	67%
Portalegre	2	6065	3033	1000	16%	1000	16%	4065	67%
Bragança	3	6608	2203	1000	15%	1000	15%	4608	70%
Beja	3	10263	3421	1500	15%	1000	10%	7763	76%
Évora	3	7393	2464	1000	14%	1000	14%	5393	73%

Perante o reduzido número de deputados à Assembleia da República que podem ser eleitos nos círculos predominantemente rurais, exige-se um esforço adicional para evitar a acentuação das desigualdades, que começam na falta de equidade eleitoral a que estes territórios estão sujeitos.

a existência de algumas disparidades no número de eleitores necessários para eleger um deputado. Na tabela 1, são possíveis de observar diferenças superiores a 7000 votos para a eleição de um deputado, favorecendo os círculos que já elegem o maior número de deputados, como é o caso de Lisboa e Porto. No extremo oposto, estão os

círculos de Guarda, Viana do Castelo e Bragança, onde é mais difícil eleger um deputado. A natureza do mandato dos deputados da Assembleia da República é a representação de todo o País, e não os círculos pelo qual são eleitos. No entanto, não foram poucas as vezes em que se assistiu à realização de “acordos” para

a viabilização de orçamentos de estados (O.E.), que tiveram como “moeda de troca” vantagens para uma região/distrito ou mesmo concelho (Orçamento “Limiano”). Ou seja, na realidade, existe sempre uma tendência natural para os eleitos beneficiarem os territórios (círculos), que proporcionaram a eleição. Analisando os círculos eleitorais à luz da nomenclatura territorial que estabelece o grau de urbanização de Portugal, através de uma classificação tripartida das freguesias do território nacional em “Áreas predominantemente urbanas (APU)”, “Áreas mediantemente urbanas (AMU)” e “Áreas predominantemente rurais (APR)”, é possível identificar que os três círculos que correspondem a distritos onde mais de 50% da área está classificada como “Área Predominantemente Urbana” (Porto, Lisboa e Braga), elegem no seu conjunto 107 deputados, praticamente metade dos

deputados eleitos no continente (215), apesar de representarem apenas 9% da superfície do território Continental (ver tabela 2). Por outro lado, os círculos eleitorais onde as “áreas predominantemente rurais” predominam (Viseu, Santarém, Vila Real, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Bragança, Beja e Évora), pese embora representem 2/3 da área de Portugal Continental, elegem menos de 1/5 dos deputados à Assembleia da República (40 deputados). Perante o reduzido número de deputados à Assembleia da República que podem ser eleitos nos círculos predominantemente rurais, facto ainda agravado com a frequente indicação de cabeças de lista sem qualquer ligação a estes territórios, exige-se um esforço adicional para evitar a acentuação das desigualdades, que começam na falta de equidade eleitoral a que estes territórios estão sujeitos. ●

NOTAS:

1 Nos termos do artigo 16.º da LEAR, a conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional de Hondt, obedecendo às seguintes regras:

- a) Apura-se em separado o número de votos recebidos por cada lista no círculo eleitoral respetivo;
- b) O número de votos apurados por cada lista é dividido, sucessivamente, por 1, 2, 3, 4, 5, etc., sendo os quocientes alinhados pela ordem decrescente da sua grandeza numa série de tantos termos quantos os mandatos atribuídos ao círculo eleitoral respetivo;
- c) Os mandatos pertencem às listas a que correspondem os termos da série estabelecida pela regra anterior, recebendo cada uma das listas tantos mandatos quantos os seus termos na série;
- d) No caso de restar um só mandato para distribuir e de os termos seguintes da série serem iguais e de listas diferentes, o mandato cabe à lista que tiver obtido menor número de votos.



Na natureza do seu negócio

Consultoria Agrícola, Alimentar e Florestal



Investimento



Estratégia



Inovação



Comunicação



Sustentabilidade



Lisboa +351 213 629 553
Beja | Fundão | São Miguel
E consulai@consulai.com



consulai.com



1. SEDE DA CCAM DO ALENTEJO SUL, EM BEJA

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO ALENTEJO SUL

TEXTO

PAULO MARQUES

i CONFAGRI

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Sul é uma instituição financeira cooperativa que desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico e social da região. Fruto da fusão da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola com a de Ferreira do Alentejo, a sua missão assenta numa banca de proximidade, sustentável e orientada para o progresso local. Com uma presença sólida em quatro concelhos — Alvito, Beja, Ferreira do Alentejo e Mértola —, a instituição opera através de uma rede de sete agências localizadas em Beja (Sede), Alvito, Beringel, Cabeça Gorda, Ferreira do Alentejo, Mértola e Mira Serra, garantindo um serviço acessível e adaptado às necessidades da população e das empresas locais.

Integrada no Grupo Crédito Agrícola, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Sul alinha-se com uma política de sustentabilidade robusta e bem definida. Esta estratégia visa impulsionar um modelo económico mais verde e circular, promovendo investimentos que reduzam o impacto ambiental das atividades econó-

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Sul

[CONTACTOS]

Morada: Largo Eng.º Duarte Pacheco, 12
7800-019 Beja

Telefone: +351 284 314 430

Email: alentejosul@creditoagricola.pt

micas e que incentivem a inclusão social. O compromisso com a responsabilidade social é uma das bases da sua atuação, refletindo-se em iniciativas que fomentam a coesão territorial e a sustentabilidade do tecido económico da região. No que respeita ao desempenho financeiro, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Sul apresenta indicadores

sólidos que evidenciam a sua relevância no sector bancário regional. A 31 de dezembro de 2024, a instituição registava um total de depósitos de 291,6 milhões de euros, enquanto o crédito concedido atingia os 187,46 milhões de euros. Deste montante, 99,8 milhões de euros foram direcionados para empresas e 87,6 milhões de euros para particulares. Importa ainda destacar que aproximadamente 49,4% das atividades financiadas pela Caixa estão direta ou indiretamente relacionadas com a agricultura, reforçando o seu papel fundamental no apoio ao sector primário e à sustentabilidade das explorações agrícolas locais.

Para além do seu desempenho financeiro robusto, a Caixa conta com uma estrutura humana dedicada e experiente. Atualmente, a instituição dispõe de 38 colaboradores, cujo profissionalismo e proximidade ao cliente são fatores essenciais para a qualidade do serviço prestado. Paralelamente, a sua base de 5.031 associados reflete a confiança da comunidade na instituição e a sua importância como motor do desenvolvimento económico e social da região.

Com um compromisso claro de crescimento sustentável e apoio ao sector produtivo, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Sul continua a afirmar-se como um pilar fundamental da economia local, contribuindo ativamente para um futuro mais próspero e inclusivo.



2. FERNANDO PALMA, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CCAM DO ALENTEJO SUL

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da CCAM do Alentejo Sul, Fernando Palma

A CCAM do Alentejo Sul resulta de um processo de fusão entre a CCAM de Beja e Mértola e a CCAM de Ferreira do Alentejo, sendo herdeira de uma história centenária na região. Como avalia este percurso e o impacto desta fusão na solidez e crescimento da instituição?

Este processo representou um marco decisivo para o reforço da solidez financeira e da capacidade de crescimento da instituição. Ao longo dos anos, enfrentámos desafios

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A CCAM DO ALENTEJO SUL

complexos, desde mudanças regulatórias e crises financeiras até à necessidade de modernização e adaptação às novas exigências do sector bancário. A fusão foi uma resposta estratégica a essas transformações, permitindo criar uma Caixa mais robusta, eficiente e preparada para apoiar de forma ainda mais eficaz a economia local.

Entre as principais vantagens estratégicas desta união, destaco o reforço da capacidade financeira, o aumento da competitividade, a otimização dos processos internos e a ampliação da oferta de soluções para os clientes. Além disso, a proximidade com a comunidade, que sempre caracterizou a nossa atuação, não só foi preservada como foi reforçada, garantindo que continuamos a ser um parceiro de referência no desenvolvimento regional.

Em suma, a fusão foi essencial para garantir a sustentabilidade e o crescimento da Caixa, mantendo viva a missão que tem norteado a nossa atuação ao longo de décadas: apoiar a economia local e contribuir ativamente para o progresso da região.

Atualmente, o sector bancário enfrenta desafios significativos, como a crescente



3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ. PARA A DIR.: FERNANDA ALMEIDA; FERNANDO PALMA; JOSÉ CRAVINHO; ALEXANDRE MACHADO

digitalização e a grande concorrência no mercado financeiro. Que estratégias têm sido adotadas pela CCAM do Alentejo Sul para garantir o crescimento e a sustentabilidade num ambiente tão dinâmico?

Integrados no Grupo Crédito Agrícola temos adotado diversas estratégias para enfrentar os desafios da digitalização e da concorrência do sector bancário, garantindo a modernização dos nossos serviços e o fortalecimento da nossa posição no mercado financeiro.

No âmbito das Estratégias de Digitalização os serviços de internet *banking* têm sido reforçados e disponibilizamos apoio ao investimento através de canais online. No que respeita a Estratégias de Concorrência apostamos na expansão, na consolidação e em parcerias locais.

Estas iniciativas refletem o nosso compromisso em evoluir com o mercado, investindo em tecnologia e fortalecendo a estrutura da Caixa para continuar a oferecer um serviço de qualidade e proximidade, garantindo a sustentabilidade, o crescimento da instituição e o desenvolvimento regional.

Apesar dos desafios do sector, a CCAM do Alentejo Sul continua a manter um forte enfoque na qualidade do atendimento e no apoio direto aos seus clientes. Considera que este é um dos principais fatores de diferenciação?

Sim, sem dúvida. A qualidade do atendimento e o apoio direto aos clientes e associados são fatores essenciais de diferenciação para a CCAM do Alentejo Sul, especialmente num sector bancário cada vez mais digitalizado e impessoal.

O nosso modelo cooperativo proporciona vantagens únicas, como um relacionamento de proximidade e uma abordagem verdadeiramente personalizada. Conhecemos bem o território onde operamos, o que nos permite responder de forma eficaz às necessidades da comunidade e apoiar o desenvolvimento local. Além disso, a confiança que construímos ao longo dos anos é um pilar fundamental da nossa atividade. Num contexto em que a digitalização e a automatização têm levado a uma crescente despersonalização dos serviços bancários, apostar na proximidade e no atendimento humano tornou-se um diferencial estratégico. Os clientes valorizam cada vez mais instituições que compreendem as suas necessidades e oferecem suporte real, especialmente em momentos de incerteza financeira.

O sector agroalimentar é uma das principais áreas de atuação do Crédito Agrícola. Como avalia a importância deste sector na área social da CCAM do Alentejo Sul e que medidas têm sido implementadas para apoiar os agricultores e empresários agrícolas da região?

O sector agroalimentar é, sem dúvida, uma das principais áreas de atuação da Caixa, assumindo um papel ainda mais relevante, dado o peso da agricultura na economia local. A CCAM do Alentejo Sul tem desempenhado um papel fundamental no financiamento e apoio aos agricultores e empresários, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do sector.

A modernização e a competitividade do sector são essenciais para garantir a sua sustentabilidade e crescimento, sobretudo num contexto marcado por desafios como as alterações climáticas e a necessidade de inovação tecnológica. Nesse sentido, a Caixa tem vindo a reforçar o seu compromisso através de várias medidas concretas de apoio, tais como linhas de crédito específicas para o sector, apoio à inovação e sustentabilidade, parcerias e projetos com associações locais, seguros e proteção do investimento agrícola.

Em suma, o compromisso da CCAM do Alentejo Sul com o sector agroalimentar é inegável. Através de soluções financeiras adaptadas e de uma forte ligação à comunidade, continuamos a desempenhar um papel essencial na dinamização da economia rural e na construção de um sector agrícola mais moderno, inovador e sustentável.

A atual conjuntura agrícola enfrenta alguns desafios. Na sua visão, quais são as principais preocupações do sector na região e que soluções podem ser impulsionadas pela CCAM?

Sem dúvida, o sector agrícola enfrenta desafios significativos que impactam diretamente a produtividade e sustentabilidade das explorações agrícolas. Como instituição financeira com uma forte ligação ao sector, a CCAM do Alentejo Sul pode desempenhar um papel fundamental na mitigação desses problemas, disponibilizando soluções inovadoras e adaptadas às necessidades dos agricultores e empresários.

Entre as principais preocupações do sector da Região destacam-se as alterações climáticas, os custos elevados de produção, as dificuldades de financiamento, a dependência de apoios comunitários e a burocracia. No que respeita às soluções podemos identificar

algumas como o financiamento específico para eficiência hídrica e energética, crédito agrícola flexível e adaptado às necessidades do sector, apoio a candidaturas a fundos comunitários, programas de formação e consultoria para agricultores.

A CCAM do Alentejo Sul assume-se como um verdadeiro parceiro para a sustentabilidade e o crescimento do sector agroalimentar. Através de soluções financeiras inovadoras e adaptadas, estamos comprometidos em ajudar os agricultores a enfrentar os desafios da atual conjuntura e a contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura mais resiliente, sustentável e competitiva na região.

O novo Quadro de Apoio da União Europeia traz desafios e oportunidades para a agricultura e para o desenvolvimento rural. Que medidas considera essenciais para potenciar tanto o sector agroalimentar como a atividade da Caixa na região?

O Novo quadro de apoio à União Europeia, através do Portugal 2030 e das novas diretrizes da Política Agrícola Comum (PAC), traz desafios e oportunidades para o sector agroalimentar. Para maximizar os benefícios destes apoios, é essencial que os agricultores e empresários agrícolas estejam preparados para adaptar as suas explorações a novas exigências de sustentabilidade, digitalização e inovação. A CCAM do Alentejo Sul tem um papel estratégico nesse processo, fornecendo apoio financeiro, consultoria e soluções adaptadas às necessidades do sector com a finalidade de se tirar o máximo partido dos novos apoios.

A CCAM do Alentejo Sul tem um forte papel social na comunidade. Poderia destacar algumas iniciativas ou projetos de apoio social, cultural ou educacional que a instituição tem promovido?

A Caixa desempenha um papel fundamental na comunidade, promovendo diversas iniciativas de impacto social e de apoio ao desenvolvimento local, entre as suas principais ações, destacam-se:

- Prémios de mérito escolar – Reconhecendo a excelência do ensino básico e secundário premiando os melhores alunos;
- Protocolo com a Câmara Municipal de Mértola – Apoio aos recém-nascidos do concelho, contribuindo para o bem-estar das famílias;
- Parceria com a casa do Povo da Nossa Senhora das Neves- Prestação de cui-



4. AGÊNCIA DE FERREIRA DO ALENTEJO

dados de saúde reforçando o acesso à assistência médica na comunidade;

- Apoio ao desporto – Incentivo a clubes desportivos, promovendo o envolvimento dos jovens em atividades saudáveis e estruturantes;
- Apoio às corporações de bombeiros- Contribuição para o reforço de meios e condições das corporações locais essenciais para a segurança e proteção da população.

Com estas iniciativas, a CCAM do Alentejo Sul reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento social, educativo e desportivo da região, promovendo uma comunidade mais forte e solidária.

Como vê a importância do papel desempenhado pela CONFAGRI na representação e defesa do sector agroalimentar?

A CONFAGRI desempenha um papel fundamental na representação e defesa do sector agroalimentar, promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura e garantido que os interesses dos agricultores e cooperativas sejam considerados nas políticas nacionais e europeias. Garantido que os agricultores e cooperativas tenham voz ativa nas decisões políticas, acesso a financiamento e suporte técnico para enfrentar os desafios do sector, a sua ação contribui para um sector mais competitivo e inovador, assegurando o desenvolvimento da agricultura portuguesa e a sua adaptação às novas exigências do mercado.

Que mensagem gostaria de deixar aos associados, clientes e à comunidade em geral, reforçando o compromisso da CCAM do Alentejo Sul com o futuro da região?

A CCAM do Alentejo Sul orgulha-se de ser mais do que uma Instituição financeira: somos um parceiro de confiança, um pilar do desenvolvimento local e uma Instituição que cresce lado a lado com os nossos associados e clientes. Ao longo da nossa história temos acompanhado desafios e as oportunidades da região, apoiando agricultores, empresários, famílias e instituições locais, com soluções financeiras adaptadas às suas necessidades. No atual contexto de transformação e inovação, reforçamos o nosso compromisso com um futuro sustentável e próspero para todos. ●

Nota: Foto nº2 © Rui Rocha Reis

Há 30 anos a crescer consigo

**Obrigado por nos deixar fazer
parte da sua vida.**



PUBLICIDADE 06/2024



CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS
COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A.
Rua de Campolide, 372 - 3.º Dt.º • 1070-040 Lisboa
E-mail: geral@ca-seguros.pt • Capital Social: 18.000.000 €
Pessoa Coletiva nº 503 384 089 • Registo ASF 1122

f i s | App CA Seguros | ☎ Online | WhatsApp: 963 806 000

Para mais informações:

ca-seguros.pt | 213 806 000

Assentimento personalizado,
duas vezes por dia das 09:30 às 17:30.



REDUZIR A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO PÚBLICO DO SECTOR FLORESTAL É HIPOTECAR O SEU FUTURO



E que tal se um governo, qualquer que seja, fosse inovador? Em vez de diminuir as verbas afetas ao investimento florestal, as aumentasse?

TEXTO

HUGO ALMEIDA

 FENAFLORESTA

Para sermos mais rigorosos e no atual momento, seria repor verbas. Mas ainda assim, esse governo seria inovador.

Os governos podiam aproveitar as próximas reprogramações do Plano Estratégico da PAC (PEPAC) para repor os 121 milhões de euros que foram retirados das medidas de apoio ao investimento florestal na última reprogramação do PEPAC de 2024, numa decisão que foi política, ou seja, numa decisão ponderada e pensada, mas que não acomodou as posições dos diferentes agentes do sector. Depois da última reprogramação sobram 153 milhões de euros para apoiar o investimento florestal em todo o país, comprometendo milhares de hectares florestais que irão ficar mais vulneráveis e sem apoio para a sua valorização. Se compararmos com os 470 milhões de euros do anterior quadro plurianual de apoio (o PDR 2020), percebe-se a dimensão da vulnerabilidade a que as áreas florestais por todo o país vão ficar sujeitas.

Ontem, como hoje, reduzir a capacidade de investimento do sector florestal é hipotecar o seu futuro, é hipotecar as metas que Portugal assumiu no combate às alterações climáticas, no qual a floresta ocupa um lugar absolutamente fulcral e central, naquilo que é um esforço coletivo. É hipotecar toda a esperança e capacidade de resiliência das empresas, indústrias, associações e cooperativas, e proprietários/productores florestais que têm sido fortemente afetados seja pelos incêndios florestais seja pelo incêndio que não se vê, que são as pragas florestais. É hipotecar todos os esforços de preservação e conservação do capital natural (no caso, até de recuperação pós-incêndio) e de valorização de territórios diversos. Um dos argumentos sistematicamente usado para retirar as verbas é que o sector da produção florestal não consegue executar a dotação financeira que lhe tem sido destinada. Mas a história pode não ser bem assim.

Contra todos os constrangimentos burocráticos (demasiada documentação exigida) e secundarização (abertura de avisos completamente desajustada, tempos de aprovação de candidaturas superiores a 14 meses) a que é sistematicamente submetido em matéria de apoios comunitários ao longo dos anos, o sector florestal conseguiu executar em 3 a 4 anos pelo menos 398 milhões* de euros. Ainda assim, inúmeras candidaturas com possibilidade de serem aprovadas foram recusadas por falta de dotação orçamental das medidas em questão a que se candidataram. Tivesse o Governo surpreendido e tivesse reforçado tais medidas e a execução das medidas florestais seria ainda maior.

Com tudo isto, se o sector conseguiu executar 380 milhões de euros, não conseguia executar 276 milhões de euros? Claro que sim.

E perante sistemáticas decisões políticas que teimam em reduzir as verbas do investimento florestal, como se podem estar a sentir os proprietários, empresas, indústrias, associações e cooperativas do sector?

Mal, revoltados, indignados e muito tristes, pois continuam a ser bastante penalizados e secundarizados.

O cenário não é mesmo nada animador.

Sabemos que as verbas dos programas de apoio não resolvem o problema só por existirem, mas também sabemos que pelo facto de elas existirem, são um elemento âncora para captar e complementar outros investimentos.

Sem investimento e financiamento público não há intervenção, nem gestão efetiva nos territórios florestais, aumentando riscos e reduzindo o interesse.

Ficam comprometidas as metas assumidas por Portugal para atingir a neutralidade carbónica, onde a floresta é um elemento central na estratégia para cumprir com tais metas. Ficam comprometidos os investimentos e a execução do Programa Nacional de Ação para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais.

Ficam comprometidas as populações rurais e a fixação de pessoas nas zonas rurais e de interior (ainda assim, a atividade florestal é das mais relevantes para aquelas zonas).

Ficam penalizados todos aqueles que beneficiam da boa qualidade do ar que respiram e da fresca água que bebem, das paisagens que veem quando passeiam pelas terras de Portugal e de toda a biodiversidade que lhes é oferecida. Ficam penalizados todos os que usam produtos de base florestal no seu dia-a-dia e nas suas tarefas mais básicas.

Sem uma visão política nacional e europeia (a Europa deve repensar os seus mecanismos de apoio à Floresta) de apoio ao investimento florestal, e sem a sociedade perceber e aceitar que também tem de contribuir para o esforço coletivo de financiamento, um dia podemos deixar de usufruir e beneficiar de todo o *goodwill* que a floresta nos presta. ●

Dados do PDR 2020 a 30 de dezembro 2024.

CAPINADEIRA AGRÍCOLA
CAR 170



CAPINADEIRA FLORESTAL
CAFRE 180



DESTROÇADOR REFORÇADO
TLSP 180



CAPINADEIRA DESCENTRÁVEL
GL4/70 - 220/340



DESTROÇADOR SEMI FLORESTAL
TLT-FM 180



DESTROÇADOR MULTI USOS
BR 180



GUINCHO FLORESTAL
2X85G



CORTADOR/RACHADOR TOROS
TITAN



DESTROÇADOR FLORESTAL
PATRIZIO



CABEÇA DESTROÇADORA FLORESTAL
BL1/EX



**NÃO HÁ
BOA TERRA
SEM BOM
LAVRADOR.**

HERKULIS.COM 
herkulis@herkulis.com

+351.912 550 955
+351.234 543 222
+351.919 052 777 (adm.)

Rua da Linha, nº 6
Quinta da União · Ap. 92
3850-501 BRANCA ALB
Albergaria-a-Velha

40° 44' 42" N | 08° 29' 21" W
PORTUGAL

SYNGENTA USA IA PARA APOIAR AGRICULTORES NA REGENERAÇÃO DO SOLO E DA NATUREZA




1. DIA DE CAMPO EM VINHA NO CONCELHO DE PALMELA, ONDE ESTÁ INSTALADA A REDE DE ARMADILHAS DIGITAIS TRAP VIEW

As armadilhas digitais Trap View para monitorização automática de pragas como a traça-da-uva (*Lobesia botrana*) e a traça-da-oliveira (*Prays Oleae*) ajudam os agricultores a decidir o momento certo para realizar os tratamentos, aumentando a eficácia e reduzindo o impacto no meio ambiente.

“As armadilhas Trap View são uma mais-valia para podermos intervir e fazer os tratamentos quando são realmente necessários e têm a vantagem do controlo remoto, através da aplicação no telemóvel, o que facilita a monitorização da traça nesta área de vinha tão grande”, explica Gonçalo Amaral, técnico de viticultura da Moragri, empresa que produz 120 hectares de vinha na Península de Setúbal.

Depois de ter instalado uma rede de monitorização da traça-da-uva na Península de Setúbal, em 2023, em parceria com os seus distribuidores J. Sobral&Filhos e Agrotaipadas, a Syngenta alargou este projeto ao Douro e ao Alentejo, contando com a parceria da ATEVA e da Fundação Eugénio de Almeida, no caso da vinha, e do seu distribuidor A. Cano, no caso do olival. O serviço de monitorização através da Trap View e as armadilhas digitais podem ser adquiridos junto da Syngenta. ●

A Inteligência Artificial (IA) entrou no nosso léxico e já faz parte do dia-a-dia de muitos agricultores. A Syngenta, empresa líder mundial em inovação agrícola, disponibiliza aos agricultores portugueses duas ferramentas digitais com base em IA: o serviço ultra preciso de mapeamento do solo **InterraScan®** e as armadilhas digitais **Trap View** para monitorização de pragas agrícolas. Ambos os serviços estão integrados na **Cropwise®**, a plataforma de agricultura digital da Syngenta onde o agricultor encontra soluções e serviços integrados para otimizar a gestão das culturas e do solo.

“A IA é uma peça do puzzle na revolução tecnológica da agricultura em Portugal e pode ajudar a melhorar a produção de alimentos e a reduzir o impacto na natureza. O nosso compromisso na Syngenta é capacitar os agricultores com novas tecnologias e práticas agrícolas que os ajudem a ter sucesso neste duplo desafio”, afirmava Felisbela Torres de Campos, responsável de Sustentabilidade da Syngenta, durante o 11º Encontro de Técnicos da Confagri.

No debate sobre ‘O papel das organizações na promoção da inovação e digitalização na agricultura’, Fernanda Lolato, AgSolutions Portfolio Manager da Syngenta, apresentou o **InterraScan®**, um serviço que é utilizado com sucesso por sociedades agrícolas de referência, como a Quinta da Cholda.

“O **InterraScan®** é uma ferramenta totalmente inovadora, que nos permite conhecer em pormenor a variabilidade dos nossos solos. Numa só passagem obtemos dados sobre mais de 20 parâmetros do solo - de todos os minerais, do tipo de granulometria, do carbono, etc. - que nos dizem onde e como podemos apoiar mais o nosso solo para tirar melhor partido dele”, explica João Coimbra, administrador da Quinta da Cholda, produtora de 500 hectares de milho na Golegã.



Interra® Scan

Mapeamento do solo de alta resolução

O **Interra® Scan** mede 800 pontos por cada hectare de terreno, com base na radiação gama do solo. Os cinco passos deste serviço de mapeamento são: scanner do solo com leitor acoplado a moto-quatro; recolha de amostras de solo; análise e mapeamento dos dados; e mapas de prescrição, de fertilizantes, fitofármacos e sementes, compatíveis com maquinaria de agricultura de precisão. O **Interra® Scan** tem ampla janela de aplicação, a leitura não é afetada por humidade, compactação do solo ou existência de cultura de cobertura.



Trap View

Armadilhas de controlo remoto da traça

Integradas no **Cropwise**, as armadilhas digitais **Trap View** contêm câmaras de alta definição que captam imagens das pragas em tempo real e, através de um algoritmo de inteligência artificial, reconhecem e quantificam a praga, permitindo a contagem remota de insetos e a determinação da evolução da curva de voo da praga. Com base nesses dados, são elaborados relatórios com informações detalhadas, enviados via app móvel, que ajudam os agricultores a decidir o momento certo para realizar o controlo da traça-da-uva (*Lobesia botrana*).

O PAPEL DAS COOPERATIVAS AGROALIMENTARES NA DEMOCRATIZAÇÃO DA DIGITALIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES: OS PRINCIPAIS DESAFIOS

TEXTO

DOMINGOS GODINHO E ANTÔNIO BAIÃO

1 CONFAGRI

A experiência que temos desenvolvido na CONFAGRI em projetos de inovação que promovem o uso de dados nas decisões de gestão das culturas, tem-nos ensinado que as cooperativas ou outras organizações de agricultores são elementos centrais decisivos, se o objetivo é o de promover uma democratização da digitalização das explorações.

Dito de outra forma, os benefícios do uso de dados na melhoria das decisões de gestão das culturas só podem chegar a todos os associados com o apoio dos serviços técnicos das cooperativas.

No entanto, se de facto o objetivo for democratizar o uso de dados no apoio à decisão de gestão das culturas por todos ou quase todos, de uma forma inclusiva, e promovendo uma transformação abrangente, tal só será possível se esse processo for promovido e acompanhado pelos serviços técnicos das cooperativas. Uma questão fundamental é a minimização dos custos por exploração agrícola que a cooperativa proporciona, permitindo a partilha dos custos com equipamentos (sensores, estações IoT, comunicações, plataformas...) e com o apoio técnico e formação/ capacitação das várias explorações.

A nossa experiência em projetos como o Life GaiaSENSE (1), já concluído em 2022, e mais recentemente no projeto DIGIFARM2ALL (2), ainda em execução, demonstra-nos isso mesmo (1 - <https://lifegaiaisense.eu/> / 2 - <https://digifarm2all.pt/>).



IMAGENS DE EQUIPAMENTOS, IOT E SENSORES UTILIZADOS PARA A RECOLHA DE DADOS QUE IRÃO AUXILIAR NA GESTÃO DAS EXPLORAÇÕES

Principais desafios e condições para uma digitalização agrícola inclusiva

Para conseguir ser abrangente e que a generalidade dos agricultores de uma região possam basear as decisões de gestão das culturas no uso de dados, estas são as condições e desafios que consideramos mais importantes:

1. Ligação a uma organização com visão e confiança - O primeiro requisito é que os agricultores estejam ligados a uma

organização que possua um serviço de apoio técnico com visão estratégica — capaz de compreender a importância dos dados na gestão das culturas — e que tenha a confiança dos seus associados.

2. Participação em consórcios pluridisciplinares - Dificilmente uma organização, por si só, detém todas as competências necessárias a esta transição digital. É fundamental integrar consórcios com competências técnicas e tecnológicas, que articulem conhecimento agronómico com inovação digital.

3. Calibração e fiabilidade dos equipamentos - Para garantir a fiabilidade dos dados e minimizar os custos associados aos sensores e outros equipamentos, é essencial assegurar a correta calibração e manutenção dos sistemas instalados.

4. Disponibilização de recomendações práticas, e não apenas dados - Para que a digitalização tenha impacto real na tomada de decisão, é essencial que os agricultores recebam recomendações concretas, interpretadas e validadas tecnicamente — não apenas acesso a dados brutos ou indicadores genéricos.

5. Formação e capacitação contínuas - O sucesso do processo depende também da formação de técnicos e agricultores, promovendo uma melhor compreensão dos dados, dos sistemas e das suas aplicações práticas.

Considerações finais: A inclusão digital das explorações agrícolas só será verdadeiramente inclusiva se for construída em torno das cooperativas e organizações de produtores. Estas devem possuir serviços técnicos capazes, nos quais os agricultores confiem, e integrar parcerias com entidades que aportem as competências tecnológicas e agronómicas necessárias. É igualmente crucial que os produtores recebam recomendações práticas e adaptadas às suas realidades, e que este processo seja sustentado por formação contínua e pela partilha de recursos que permitam reduzir custos e promover a adesão de todos. ●

OVIBEJA COMEMORA 41 ANOS EM SINTONIA COM O CAMPO E A CIDADE



1. IMAGEM DA EDIÇÃO ANTERIOR DA OVIBEJA



2. IMAGEM DA EDIÇÃO ANTERIOR DA OVIBEJA

A 41ª Ovíbeja, a grande feira do sul, que se realiza de 30 de abril a 4 de maio, conjuga com inovação e arrojo, as componentes profissional e pessoal, o passeio de famílias e o encontro de amigos, a par de conferências, negócios, visitas políticas, empresariais e diplomáticas. Revela e articula o melhor do campo e da cidade. O tema principal desta edição é “+ AGRICULTURA + FUTURO”. O tema central da 41ª Ovíbeja vai estar em destaque em colóquios e seminários e em exposições e demonstrações de equipamentos e projetos inovadores sobre o uso das novas tecnologias e inteligência artificial aplicadas à agricultura. A visão estratégica da Ovíbeja combina inovação, sustentabilidade e tradição, posicionando o evento como um pilar da transformação do sector agrícola. Nesta edição vai ser aberta a reflexão sobre a necessidade de práticas agrícolas que conciliem produtividade e responsabilidade ecológica. Os agricultores estão perante uma equação complexa que é a necessidade de aumentar a produção e a produtividade para fazer face ao crescente aumento populacional e, ao mesmo tempo, produzir com cada vez maior sustentabilidade. Nesta reflexão a Ovíbeja vai debruçar-se também sobre a necessidade de um olhar político mais atento

para a realidade rural, designadamente, para os territórios de baixa densidade. Incentivos à renovação geracional são um dos imperativos. A criação de condições socioeconómicas são outra das reivindicações. Vão ser realizadas intervenções sobre a produção de regadio e sobre a realidade do sequeiro, que no Alentejo corresponde a 85% da área constituída por explorações agropecuárias e floresta. A Ovíbeja é reconhecida como uma mostra e uma mesa de produtos agroalimentares de qualidade superior. Tem um pavilhão inteiro com sabores e aromas da terra, desde os queijos e enchidos, aos presuntos, vinho, azeite, pão, mel, doces e compotas, entre muitos outros produtos. Tem mais de uma dezena de restaurantes de carnes certificadas de raças autóctones nacionais. Um dos cartões de visita a nível internacional, por ser um produto de excelência, é o azeite representado também no 14º Concurso Internacional de Azeite Virgem Extra – Prémio CA Ovíbeja. No decorrer do evento vai ser feita a entrega dos prémios e realizada uma conferência sobre “+ AZEITE + FUTURO”. E vão ser disponibilizadas aos visitantes provas comentadas de azeites premiados. Tratando-se de uma feira agrícola, a marca da Ovíbeja está inscrita na apresentação, demonstrações e concursos de animais.

O Pavilhão da Pecuária acolhe cerca de quatro centenas de animais de raças autóctones, de ovinos, caprinos, suínos e bovinos. A feira conta ainda com concursos equestres, provas com cães, demonstrações de tosquia.

A Ovíbeja apresenta uma grande variedade de espaços temáticos, produtos e serviços dos mais de mil expositores. Recebe a visita de várias centenas de cantadores provenientes maioritariamente da grande Lisboa que integram o Comboio do Cante. Num espaço de cerca de 10 hectares infraestruturados, recebe anualmente mais de cem mil visitantes, mais de 14 mil visitas de grupos escolares e de outras instituições, mais de duas dezenas de delegações internacionais. Este ano vai receber uma delegação empresarial do Brasil.

O evento é um marco importante na agenda de membros do governo, partidos políticos, diplomatas de vários países que promovem a nível regional, nacional e internacional a imagem da Ovíbeja e da região. A organização do evento retomou a região convidada, sendo que este ano são os Açores.

As “ovinoites” são um conceito que atrai jovens de todas as idades, especialmente os mais novos que fazem da Ovíbeja o dia, a noite e a madrugada, como pretexto para celebrar a amizade e a cumplicidade entre amigos. O cartaz de concertos conta este ano com a presença de Bárbara Bandeira, na noite de 30 de abril, a que se segue, pela madrugada dentro, o DJ Christian F. A 1 de maio o palco é entregue aos Bandidos do Cante, seguidos pelos After Nothing. Na noite de 2 de maio o palco da Ovíbeja vai ser entregue a Slow J e pela noite dentro os noctívagos vão ser acompanhados pelo DJ Pedro Cazanova. Miguel Araújo fecha os concertos da Ovíbeja na noite de 3 de maio. O DJ convidado para esta noite é DJ Wilson Honrado, da Rádio Comercial. A organização do evento é da responsabilidade da ACOS – Associação de Agricultores do Sul. ●

SEGURO CA CAÇADORES: A PROTEÇÃO ESSENCIAL PARA OS CAÇADORES

A prática da caça é uma tradição profundamente enraizada na vida rural portuguesa, marcada pelo respeito à natureza e pela convivência no campo. Para os caçadores, garantir a sua segurança, a dos seus cães e a dos que os rodeiam é fundamental. É por isso que o seguro CA Caçadores, da CA Seguros, surge como uma solução completa para proteger aqueles que praticam esta atividade.

Este seguro tem uma proteção abrangente, nomeadamente:

- **Responsabilidade Civil**, obrigatória por lei, que cobre danos causados a terceiros durante a prática da caça, assegurando o cumprimento das normas legais associadas à atividade.
- **Proteção de armas e cães de caça**, garantindo que os bens essenciais à prática da caça estão protegidos contra imprevistos.
- **Assistência ao caçador**, com apoio disponível 24 horas por dia, em Portugal e Espanha, para situações emergentes decorrentes de acidentes ou doenças durante a atividade.

Adicionalmente, este seguro é a solução ideal para caçadores ou organizações responsáveis por montarias, batidas, largadas e tiro desportivo, adaptando-se às diferentes formas como a caça é vivida e praticada.

Com prémios anuais a partir de apenas 22,50€, o seguro CA Caçadores torna-se uma opção acessível e eficaz ao alcance de todos, sem limite de idade para adesão. Seja para caçadores

experientes ou para quem está a iniciar a sua jornada nesta atividade, este seguro tem uma dupla vantagem: proteção da responsabilidade civil e proteção das armas numa só apólice.

A CA Seguros reforça o seu compromisso com a segurança e aconselha práticas responsáveis durante esta atividade, como o transporte correto das armas e a manutenção de condições que garantam uma caçada segura.

Visite uma agência do Crédito Agrícola para

saber mais sobre como pode iniciar a sua época de caça sem preocupações e com toda a proteção que merece. ●



9ª GERAÇÃO DE TESOURA

F3020

A TESOURA ELÉCTRICA PARA OS PROFISSIONAIS

20%+ POTENTE 15%+ COMPACTA 15%+ RÁPIDA 12%+ LEVE

Evoluções F3015/ F3020

Importador Exclusivo para Portugal

LISAGRI

N356-2, n.º 120 Ponte Cavaleiro 2410-854 Leiria
244 814 479 • geral@lisagri.pt • www.lisagri.pt

INFACO®

5 MITOS E FACTOS SOBRE CARNE VERMELHA: NUTRIÇÃO E SUSTENTABILIDADE

A carne vermelha está no centro dos debates sobre saúde e sustentabilidade, gerando mitos e preconceitos. Importa distinguir factos de ficção, sobretudo no contexto português, onde a pecuária tem um papel relevante na economia, biodiversidade e cultura alimentar mediterrânica.

MITO #1: A carne vermelha é prejudicial à saúde

Facto: Não há evidência científica sólida de que o consumo de carne vermelha não processada seja prejudicial à saúde¹. Pelo contrário, até é benéfica, quando consumida com moderação numa alimentação equilibrada.

Uma dieta saudável exige mais do que calorias suficientes, incluindo equilíbrio entre proteínas, gorduras e micronutrientes essenciais². A carne vermelha não processada é rica em proteína de elevado valor biológico, ferro biodisponível, zinco, selénio e vitaminas do complexo B. Ao contrário da maioria das proteínas vegetais, é uma fonte completa de aminoácidos essenciais. Já a maioria dos substitutos vegetais requer combinações alimentares, são ultraprocessados, e a evidência da sua qualidade nutricional é ainda limitada³. Além disso, em grupos vulneráveis, como grávidas, a carne e o leite são fontes cruciais de micronutrientes ausentes em fontes vegetais não fortificadas⁴, enquanto veganos e vegetarianos têm maior propensão para fadiga, dores de cabeça e tonturas devido a défices de vitamina B12 e ferro⁵. A maioria dos estudos que associam carne

ao risco de cancro baseia-se em ingestões muito superiores às recomendações. A evidência científica sobre o risco da carne não processada é inconsistente⁶, com nenhuma ou fraca associação como confirmado por Lescinsky et al. (2022), que constitui a base para futuros estudos GBD (ver caixa). A nível global, entre os 25 principais fatores de risco do GBD 2021, apenas a baixa ingestão de fruta (12.^o), cereais integrais (15.^o) e hortícolas (24.^o) surgem como riscos dietéticos relevantes, sem referência ao consumo de carne⁷. Em Portugal, hábitos alimentares inadequados são um dos principais fatores de risco para a perda de DALYs (ver caixa) (5.^o) e mortalidade (3.^o), embora em queda desde 2000 e sendo a baixa ingestão de cereais integrais o principal risco alimentar. Já o consumo de bebidas açucaradas (+37%) foi o fator de risco alimentar que mais cresceu em DALYs desde 2000 (DGS et al., 2024).

MITO #2: O ser humano do século XXI não precisa de consumir carne

Facto: Dietas exclusivamente vegetais podem ter défices nutricionais, em vitamina B12, ferro heme e aminoácidos essenciais. O equilíbrio é mais importante do que a exclusão.

O consumo de carne acompanha a evolução humana há 2,5 milhões de anos e permitiu adaptações fisiológicas como o encurtamento do trato digestivo e o aumento do cérebro, com avanço cognitivo da nossa espécie. A ingestão de carne vermelha promove melhor desempenho durante a prática de exercício físico e contribui para a prevenção de fadiga muscular⁸. Em termos de quantidades, a Roda Alimentar Portuguesa, baseada na dieta mediterrânica, recomenda o consumo diário de 45 a 135 g entre carne, peixe, ovos⁹, havendo no nosso País, consumo em excesso de carne (+11,9 p.p. face às recomendações) e em defeito de frutas e hortícolas (-4,7 p.p. e -8,6 p.p.). Porém, apenas 68,5% da carne disponível teve origem na produção nacional¹⁰.

MITO #3: Conseguimos substituir toda a área para produção pecuária por culturas para alimentação humana



TEXTO

CÁTIA ROSAS

CONFAGRI

Agradecimentos: Tiago Domingos (IST) e Cristina Monteiro (FeedInov)

Facto: Muitas das áreas utilizadas para produção pecuária não permitem a produção de culturas agrícolas para consumo humano. Já a pecuária permite aproveitar esses terrenos marginais, garantindo produção de proteínas de qualidade que podem ser para consumo humano.

Cerca de 86% da ração para gado (matéria seca) é feita de matéria-prima não consumida por pessoas. Além disso, 57% da terra usada para produção animal não é adequada para produção de alimentos para consumo humano¹¹.

Em cada País e face à globalização, os agricultores procuram adequar a produção agrícola às capacidades edafo-climáticas internas e também responder à procura do mercado.

MITO #4: A produção de carne só tem efeitos negativos para o ambiente

Facto: A pecuária é essencial para a sustentabilidade alimentar, contribuindo para a segurança alimentar, reciclagem de nutrientes e valorização de terras marginais. Entre os impactos ambientais associados à produção pecuária é referida a emissão de gases com efeito de estufa, nomeadamente com a desflorestação. Porém, a desflorestação tem ocorrido sobretudo nos trópicos (95%), longe de Portugal ou da Europa, representando 6,5% das emissões globais de CO₂, impulsionada maioritariamente (71%) pela procura interna dos próprios países onde ocorre essa desflorestação, e não pelo comércio internacional (29%)¹².

Na UE, estima-se que o consumo de ali-

mentos produzidos em solos desflorestados gere, em média, cerca de um sexto da pegada carbónica total da dieta europeia¹³. Em Portugal, a desflorestação associada às importações de alimentos incide sobretudo sobre o café (23,8%), só depois nos produtos pecuários, como carne importada (20,1%) e soja (15,5%)¹⁴.

Embora menos consumo de carne possa diminuir emissões, o impacto final para uma dieta vegetariana nos países desenvolvidos seria de apenas menos 4,3% nas emissões totais e 2% no consumo energético¹⁵. O efeito de ricochete explica este fenómeno: os consumidores, ao pouparem em alimentos, redistribuem o rendimento para outros bens, limitando bastante a poupança energética real e carbónica. Por isso, a prioridade deve ser antes a descarbonização energética, sem ignorar a importância de dietas mais equilibradas.

Sabia que, em Portugal, a agricultura e pecuária, representam 12% das emissões de gases com efeito de estufa, enquanto o sector da energia contribui com 67%¹⁶?

As críticas ao impacto ambiental da pecuária ignoram muitos benefícios como¹⁷:

➤ **Reciclagem de nutrientes** – os animais convertem resíduos agrícolas e subprodutos (palha, resíduos de cereais, bagaços, etc.) em alimentos nutritivos, reduzindo desperdício. Desde a pandemia e conflitos na Ucrânia com a consequente subida dos preços de matérias-primas, aumentou o aproveitamento de excedentes agrícolas e industriais na alimentação animal e reduziu importações¹⁸.

Sabia que os resíduos e subprodutos constituem cerca de 30% do consumo global de alimentos para animais?¹¹

➤ **Uso de solos não adequados para produção de alimentos para consumo humano**¹¹.

➤ **Fertilidade dos solos** – Os ruminantes transformam forragens de baixa qualidade em proteína de elevado valor biológico e produzem estrume, essencial para a saúde do solo.

➤ **Pegada carbónica do leite** – Quando avaliada por grama de proteína, é menor à de alternativas vegetais como o leite de arroz; importa, pois, considerar unidades funcionais adequadas.

Além disso, contribui para a coesão territorial e o impacto ambiental da carne varia consoante a produção. Nem toda a carne tem o mesmo impacto ambiental. Práticas

sustentáveis, como a sementeira direta, pastagens biodiversas, sistemas intensivos bem geridos com bem-estar dos animais e gestão de efluentes, raças autóctones assim como dietas otimizadas para os animais, reduzem emissões e resíduos, regenerando solos e biodiversidade.

Sabia que a Lactogal possui a Certificação no referencial de Bem-Estar Animal, Welfare Quality, que engloba todos os produtores de leite bem como as unidades fabris onde se processa o leite, e atesta as preocupações da empresa ao nível do bem-estar dos animais nas explorações de leite? (www.lactogal.pt)

MITO #5: A dieta Eat-Lancet é universalmente aplicável

Facto: A dieta Eat-Lancet, desenvolvida por cientistas e proposta em 2019, considera uma forte redução do consumo de carne, para níveis muito inferiores aos da Dieta Mediterrânica, enquanto ignora diferenças regionais na produção alimentar e possíveis impactos negativos na saúde. A sua aplicação global aumentaria a dependência de importações, contrariando princípios de segurança alimentar e resiliência dos sistemas agroalimentares.

NOTAS

- 1 Johnston et al, 2019; Han et al, 2019.
- 2 Ritchie et al., 2023
- 3 Rizzolo-Brme et al, 2023
- 4 Mente et al, 2023; EC, JRC, 2024; Adesogan, 2020; OMS, 2023.
- 5 Pawlak et al, 2013.
- 6 Kruger & Zhou, 2018; Oostindjer et al., 2014.
- 7 Brauer et al., 2024.
- 8 CONFAGRI, 2021
- 9 Rodrigues et al, 2006.
- 10 INE, 2021.
- 11 Mottet et al., 2017.
- 12 Our World in Data
- 13 Notarnicola et al. (2017).
- 14 Trase (2024)
- 15 Grabs, 2015.
- 16 APA, 2024.
- 17 Adesogan, 2020 Hristov, J, 2024; Poux & Aubert, 2022; EC, JRC, 2024; Domingos, 2022 vs. Poore and Nemecek, 2018.
- 18 IACA, 2023
- 19 Gupta et al., 2019; 2024.
- 20 Beal et al., 2023; FAO, 2020; Stanton, 2024; Young, 2022; Zagmutt et al., 2020; Woolston, 2020.
- 21 Tosti et al., 2017; Lorca-Camara et al., 2024; Álvarez et al., 2024

Desde 2016 que Portugal, através da Direção-Geral da Saúde, integra o Global Burden Disease Study (GBD), estudo internacional, que estima as causas da carga da doença, bem como a carga da doença atribuída a 88 fatores de risco em 204 países, com influência na perda de anos de vida saudável (DALYs) e mortalidade. Os fatores de risco modificáveis como a alimentação inadequada, o tabagismo, o elevado consumo de bebidas alcoólicas e a inatividade física e sedentarismo, são os que mais condicionam a carga da doença no País (DGS et al 2024).

Embora a dieta Eat-Lancet vise a sustentabilidade e a redução de doenças crónicas¹⁹, tem sido objeto de múltiplas críticas, das quais²⁰:

- Défices de micronutrientes essenciais, afetando a cognição e maior risco de desnutrição.
- Impactos na saúde mental.
- Diferenças desprezáveis na mortalidade face a outras dietas.
- Maior custo face a dietas alternativas.
- Abordagem global, ignorando adaptação regional.

Já a Dieta Mediterrânica, Património Imaterial da Humanidade, tem reconhecidos benefícios para a saúde e para o ambiente²¹; promove um consumo equilibrado de carne e alimentos frescos, da época. Mais do que um padrão alimentar, representa um estilo de vida, incluindo exercício físico, refeições partilhadas e o respeito pelas tradições e recursos locais, o que evidencia a ligação da sustentabilidade alimentar à cultura e realidade agrícola de cada região.

Conclusões

Um sistema alimentar sustentável exige reduzir desperdícios, otimizar a produção e promover um consumo equilibrado. Nenhuma dieta é automaticamente saudável. Aprofundar o conhecimento sobre a alimentação permite tomar decisões informadas que conciliam saúde e sustentabilidade. A virtude está no equilíbrio e em otimizar recursos: a carne pode integrar uma dieta saudável e sustentável, consumida com moderação e proveniente de produção nacional responsável. ●



<https://www.confagri.pt/content/uploads/2025/04/Bibliografia.pdf>

MAIS INVESTIMENTO, MAIOR PREPARAÇÃO, MELHOR RESPOSTA

VALORFITO REFORÇA O COMPROMISSO COM O SECTOR NA GESTÃO DE NOVOS RESÍDUOS

Foi a partir do início de 2025 que o Valorfito, Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, passou a somar à sua habitual gestão de embalagens primárias de fitofármacos, biocidas e sementes, a gestão de novos fluxos, a gestão de embalagens primárias e secundárias de fertilizantes, rações e batata de semente, bem como embalagens secundárias de fitofármacos, biocidas e sementes, contribuindo para um funcionamento ainda mais completo do sistema, em total sintonia com a preservação do meio ambiente e recursos naturais.



Maior gestão implica necessariamente maior investimento e maior preparação e, por isso, o ano arranca com um reforço no total de Operadores de Gestão de Resíduos, musculando o sistema para uma natural intensificação no número de recolhas e posterior tratamento de um maior volume de resíduos.

Para António Lopes Dias, Diretor Geral do Valorfito «esta é uma prova do compromisso que o sistema assume com o sector, com os seus profissionais, mas, acima de tudo, com o ambiente e com a preservação do nosso planeta. É preciso trabalhar de forma contínua para uma cada vez mais eficaz e segura gestão de resíduos e, por isso, ao ampliar a nossa área de atuação, para a gestão de fertilizantes, rações e batata de semente, trabalharemos constantemente para aumentar também a nossa disponibilidade, rede

de parceiros, ferramentas e recursos em prol do sector». Abraçar a gestão de mais três tipologias de embalagens tem sido «simultaneamente, uma responsabilidade e um reconhecimento do trabalho que o Sistema Valorfito tem desenvolvido de norte a sul do país, e que terá resultados cada vez mais palpáveis, reais e positivos que muito nos orgulham», acrescenta ainda. Procurando um contacto cada vez mais próximo com profissionais agrícolas de todo o país, a missão do Valorfito passa, cada vez mais, por sensibilizar os agricultores para a importância de proteger o planeta de agressões externas e que podem ser facilmente evitadas, minimizando riscos para a saúde e para o ambiente e assegurando a maior praticidade e agilidade nos processos. Mais do que um sistema, o Valorfito está preocupado em ser, dia após dia, o parceiro de confiança de todos os profissionais. ●

O SISTEMA VALORFITO, designação do Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, tem como objetivo a recolha e gestão dos resíduos de embalagens primárias de produtos fitofarmacêuticos, biocidas e sementes de uso profissional, seguindo as exigências do Despacho n.º 6560/2017, de 28 de julho. Este sistema permite dar resposta às necessidades dos produtores agrícolas de encontrarem um destino adequado para os resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos e de sementes, que são gerados nas suas explorações agrícolas, assegurando que toda a fileira agrícola possa cumprir a legislação em matéria da gestão dos resíduos de embalagens primárias de produtos fitofarmacêuticos e de sementes. No ramo dos biocidas, permite, igualmente, aos utilizadores finais uma gestão adequada dos resíduos de embalagens primárias de biocidas. Saiba mais em www.valorfito.com

Apoiamos o seu Projeto Agrícola, Agroindustrial ou Florestal

A AGROGARANTE – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA – EXISTE PARA APOIAR O SEU PROJETO INOVADOR

É este forte investimento na inovação e na iniciativa empresarial que torna a Garantia Mútua um instrumento de sucesso. Porque têm soluções à medida das necessidades específicas dos diversos setores de atividade: Porque aposta no futuro dos ENI, das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Com a AGROGARANTE, as boas produções estão garantidas!

No âmbito do Quadro de Incentivos (PDR 2020) consulte a AGROGARANTE para emissão de Garantias a favor do IFAP e para empréstimos necessários ao seu projeto.

GARANTIAS A EMPRÉSTIMOS

que lhe permite obter crédito junto das instituições Bancárias, em melhores condições de preço e prazo.

GARANTIAS A SISTEMAS DE INCENTIVO

requeridas no âmbito de programas de apoio às empresas, nomeadamente o IFAP, torna possível o recebimento antecipado de incentivos e outros apoios públicos.

GARANTIAS DE BOM PAGAMENTO

para o pagamento de compromissos assumidos com fornecedores e outras entidades.

GARANTIAS AO ESTADO

que asseguram o cumprimento de obrigações perante as Instituições Públicas (IVA, etc.).

APOIO EM LINHAS ESPECÍFICAS



PREMIAMOS QUEM FAZ O MUNDO AVANÇAR



12ª Edição Prémio Empreendedorismo e Inovação

CRÉDITO AGRÍCOLA

5 prémios

5.000€

+ 2.500€ Menção Honrosa

+ 2.500€ Bfk Award - ANI

SECTORES

Agricultura, Agro-alimentar e Floresta

CATEGORIAS

Novas Tecnologias na Produção
Agrícola

Resiliência de Pequenos
Agricultores e Comunidades Rurais

Conservação dos Ecossistemas
Florestais

Inovação na Cadeia de Valor

Projecto de Elevado Potencial
promovido por Associado Crédito
Agrícola

Menção Honrosa | Inovação em
Parceria

Período das candidaturas > **7 de Abril a 30 de Junho**

Informações, Regulamento e Candidaturas em
premioinovacao.pt

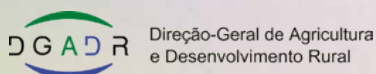
Apoio Institucional



Organização



Parceiros



Para mais informações:

creditoagricola.pt | [f](#) [@](#) [d](#) [v](#) [in](#)

Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL
registada junto do Banco de Portugal sob o nº 9000

